

**Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política**

**Produtivo ou Reprodutivo:  
O trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares -  
um estudo na região oeste de Santa Catarina**

Dissertação de mestrado  
Aluna: Valdete Boni  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Ignez Silveira Paulilo

**Florianópolis, outubro de 2005.**

**Valdete Boni**

**Produtivo ou Reprodutivo:  
O trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares -  
um estudo na região oeste de Santa Catarina**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Florianópolis, outubro de 2005.

**Produtivo ou Reprodutivo:  
O trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares -  
um estudo na região oeste de Santa Catarina**

**Valdete Boni**

Aprovada pelos membros da comissão examinadora:

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Ignez Silveira Paulilo** (orientadora)

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Renata Menasche (UERGS)**

---

**Prof. Dr. Erni Seibel ( PPGSP -UFSC)**

**Se as coisas são inatingíveis... ora!  
Não é motivo para não querê-las...  
Que tristes os caminhos, se não fora  
A presença distante das estrelas!**

**Mário Quintana - O espelho mágico**

## Agradecimentos

Todas as pessoas aqui mencionadas são, para mim, muito especiais. Cada uma a seu modo, ou em determinado período esteve mais presente na minha vida. Mas todas me são muito caras.

Agradeço primeiro a minha orientadora Maria Ignez Paulilo, a qual me mostrou os caminhos da pesquisa acadêmica, me incentivou a segui-los sempre respeitando minhas idéias. Agradeço por ter-me “treinado” para a pesquisa, (como ela mesma diz) e por ensinar ver além das aparências e dos discursos. Pela orientação neste trabalho e correção atenciosa. A ela todo meu agradecimento, admiração e respeito.

E também à Edenilse com quem sempre me identifiquei e me espelhei na sua organização e serenidade. As inúmeras discussões sobre os trabalhos a fazer, as dúvidas, o trabalho do núcleo, as viagens de campo só me fizeram crescer. A sua companhia e amizade foram e são muito importantes para mim. E ao Francisco, seu companheiro e um grande amigo.

À Eliane que dividiu comigo momentos bons e ruins da vida acadêmica e doméstica. A ela minha eterna amizade.

À Rosana que além do apoio também cedeu sua casa para eu ficar em Chapecó enquanto realizava o trabalho de campo. E à Dona Isolda, sua mãe, e à Sofia, pelo carinho com o qual sempre me receberam.

À Eleani e ao Gilmar, meus queridos amigos, pela paciência, pelas conversas agradáveis, pelo espaço na sua casa e nas suas vidas. Por terem me permitido, não apenas morar com eles, mas viver junto deles enquanto escrevia a dissertação. Seu apoio foi fundamental. Sei que as palavras não são suficientes para agradecê-los, mas através delas posso, ao menos, externalizar minha gratidão.

À Silvia minha amiga (ora se fazendo de conselheira), por ter compartilhado comigo a graduação e a pós-graduação.

Ao Jaimir e à Maria pela amizade e carinho que sentimos.

Aos demais amigos que conquistei enquanto vivi aqui e fora: Ângela, Ivandro, Meri, Fernando Taques, Marli, Ivete, Verônica, Silvana e Luiza, pela alegria que me proporcionaram em nossa convivência e pela riqueza de nossas amizades.

Aos colegas do Núcleo de Estudos Sobre Agricultura Familiar – NAF, Ângela Pincelli, Márcia, Lyvia, Iraldo, Edenilse, Letícia pelas contribuições na discussão da dissertação. E Sirlei, pela contribuição e pelo apoio na transcrição das fitas.

Ao Rodrigo, que me auxiliou no campo, pela ajuda valiosa.

À Leilse, minha irmã conquistada, pela amizade e lealdade que nos une e por ter me proporcionado viver na “Grande Família”, junto à Ana Clara, ao Carlos e à Sonia. E por tudo o que passamos juntos.

Aos funcionários do PPGSP, Albertina, Maria de Fátima e Otto, que sempre estiveram prontos a colaborar.

Aos professores do Programa que ministraram disciplinas: Ricardo Silva, Elizabeth, Maria Ignez, Wivian, Yan, Júlia e Lígia.

E aos que não deram aula, mas estiveram presentes: Seibel, Ary, Luzinete, Tâmara, Cécile.

Aos membros da banca, professora Renata Menasche e professor Erni Seibel.

Às agricultoras e aos agricultores que me receberam em suas casas. Carrego comigo uma história de cada propriedade que visitei e tenho certeza que grande parte do que ouvi e senti em campo não cabe no papel. Muito vai ficar no coração.

Ao CNPq pelo apoio financeiro.

Finalmente, um agradecimento especial aos meus pais, aos meus irmãos e toda a minha família pelo apoio e pelo existir.

## Sumário

<b><u>LISTA DE SIGLAS</u></b>	<b><u>9</u></b>
<b><u>LISTA DE QUADROS</u></b>	<b><u>10</u></b>
<b><u>RESUMO</u></b>	<b><u>11</u></b>
<b><u>ABSTRACT</u></b>	<b><u>12</u></b>
<b><u>INTRODUÇÃO</u></b>	<b><u>13</u></b>
A METODOLOGIA UTILIZADA E O TRABALHO DE CAMPO	17
A ESTRUTURA DO TRABALHO	19
<b><u>CAPÍTULO 1</u></b>	<b><u>21</u></b>
<b><u>AGRICULTURA FAMILIAR</u></b>	<b><u>21</u></b>
1.1 – AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	21
1.2 – AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA	23
1.2.1 - A REGIÃO OESTE: POPULAÇÃO E PRODUÇÃO	26
1.2.1.1 - A SUINOCULTURA	28
1.2.1.2 - A AVICULTURA	30
1.2.1.3 - A ATIVIDADE LEITEIRA	31
1.2.1.4 - A REAÇÃO	33
<b><u>CAPÍTULO 2</u></b>	<b><u>37</u></b>
2.1 – AGROINDUSTRIALIZAÇÃO ARTESANAL E FAMILIAR	37
2.2 – PLURIATIVIDADE	41
2.3 – ALGUMAS INTERROGAÇÕES ACERCA DOS CONCEITOS	48
<b><u>CAPÍTULO 3</u></b>	<b><u>50</u></b>
<b><u>GÊNERO, TRABALHO DOMÉSTICO E POLÍTICAS DE CRÉDITO PARA AS MULHERES</u></b>	<b><u>50</u></b>
3.1 – GÊNERO	50
3.2 - TRABALHO DOMÉSTICO – A FACE OCULTA	57
3.3 - O USO DO TEMPO	62
3.4 - GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS	64
3.4.1 - O CRÉDITO	65
3.4.2 - O PRONAF MULHER	67
<b><u>CAPÍTULO 4</u></b>	<b><u>70</u></b>

<b>AS AGROINDÚSTRIAS E AS MULHERES</b>	<b>70</b>
<b>4.1 - AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DA PESQUISA</b>	<b>70</b>
<b>4.2 - A PRODUÇÃO</b>	<b>73</b>
<b>4.3 - OS PRODUTOS DAS AGROINDÚSTRIAS</b>	<b>74</b>
<b>4.4 - A COMERCIALIZAÇÃO</b>	<b>75</b>
<b>4.5 - O CAMINHO ATÉ A LEGALIZAÇÃO – NO INÍCIO, A PRODUÇÃO DE FORMA CLANDESTINA</b>	<b>75</b>
<b>4.6 - O QUE FAZIAM ANTES DA INSTALAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA – AS ATIVIDADES CONVENCIONAIS QUE AINDA MANTÊM</b>	<b>76</b>
<b>4.7 - A DIVISÃO DO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA</b>	<b>78</b>
<b>4.8 - A DIVISÃO DO TRABALHO EM CASA</b>	<b>80</b>
<b>4.9 - A CONCILIAÇÃO COM O TRABALHO DOMÉSTICO</b>	<b>82</b>
<b>4.10 - A SATISFAÇÃO COM A AGROINDÚSTRIA</b>	<b>84</b>
<b>4.11 - E O TEMPO, ENCURTOU?</b>	<b>86</b>
<b>4.12 - A PARTICIPAÇÃO NO GERENCIAMENTO E NA RENDA</b>	<b>88</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>93</b>



## Lista de siglas

- AMOSC** – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina
- APACO** – Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
- ARPP** – Agroindústria Rural de Pequeno Porte
- CEPAGRO** – Centro de Apoio para a Agricultura de Grupo
- CooperOeste** - Cooperativa Central Oeste da Reforma Agrária
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- EPAGRI** – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.
- FAO** – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
- FETRAF-SUL** – Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar da Região Sul
- FUNCITEC** – Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina
- ICEPA** – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- Instituto SAGA** – Agência de Desenvolvimento da Região da AMOSC
- MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens
- MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MMA** – Movimento de Mulheres Agricultoras
- MMC** – Movimento de Mulheres Camponesas
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- NAF** – Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar
- PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- STR** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- UCAF** – Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense

## Lista de quadros

<b>Quadro 1</b> .....	<b>65/66</b>
<b>Quadro 2</b> .....	<b>71</b>
<b>Quadro 3</b> .....	<b>74</b>
<b>Quadro 4</b> .....	<b>77</b>

## **Produtivo ou Reprodutivo: O trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares - um estudo na região oeste de Santa Catarina**

### **Resumo**

Nas propriedades rurais há uma clara divisão do trabalho, ficando com o homem, o papel de “chefe da família” e de responsável pela unidade de produção e cabendo à mulher um papel secundário nesta organização mesmo realizando as mesmas tarefas do marido. As agroindústrias familiares absorvem a mão-de-obra de mulheres e jovens, principalmente porque muito dessa produção era originária da “cozinha”. Entretanto, quando esses produtos passam a ser feitos comercialmente, vão sendo apropriados pelos homens. Com relação às mulheres, o trabalho que antes era feito nas lavouras, passa a ser realizado próximo à casa, permitindo compatibilizar melhor esta atividade com os afazeres domésticos e demais responsabilidades tidas como femininas. A proximidade entre esses trabalhos, o “produtivo” e o “reprodutivo”, acaba por confundi-los, fazendo com que as tarefas ligadas às agroindústrias sejam consideradas quase como uma extensão do doméstico. Esse novo modelo, baseado na agroindustrialização artesanal não eliminou as desigualdades entre gênero e geração na agricultura familiar.

**Palavras Chaves:** gênero; agricultura familiar; trabalho doméstico; agroindústria familiar.

## **Productive or Reproductive: women's work in the familiar agroindustry – a study in the west of Santa Catarina**

### **Abstract**

This paper presents a study in the rural properties where there is a clearly work division between men and women, keeping with the man the responsibility of the family and the production. For women, in spite of the same activities to the man, they have a secondary function on this organization. The workmanship of the women and youthful are taking by familiar agroindustry specially because the most part of this production are made in the kitchen's house. However, when these products turn to be made commercially, they are appropriated by man. For women, the work that was made in the farming and then turn to be made near the house, accepting for women to do farming and domestics tasks, which are seeing as a female task. The imminence between these tasks, productive or reproductive, are confused and farming tasks are easily considered as a domestic task. This new model, based on handcraft agroindustry doesn't cut out the differences between gender and generation in the familiar agriculture.

**Key-words: gender, familiar agriculture, familiar agroindustry.**

## Introdução

Quando optamos por um problema de pesquisa estamos nos comprometendo com ele mais do que seria conveniente. Escolhemos estudar a atividade das mulheres nas agroindústrias familiares para dar continuidade ao nosso questionamento sobre a invisibilidade do trabalho feminino na agricultura familiar e do trabalho por ela desenvolvido no interior do núcleo doméstico e, também, pela carência de estudos nesta área.

O que sempre ouvimos dos agrônomos e técnicos foi um discurso muito positivo das agroindústrias familiares, visão também difundida nos trabalhos acadêmicos. No entanto, a grande maioria desses mesmos trabalhos e dos técnicos não se referem às questões de gênero quando tratam das agroindústrias. São trabalhos que enfatizam somente o caráter econômico e social dos empreendimentos familiares, deixando de lado qualquer debate sobre as desigualdades de gênero e geração neles presentes. Sentimos até mesmo certo desinteresse dos técnicos de uma entidade contatada em colaborar com a pesquisa. O que predomina é uma visão harmônica da “família rural” que pressupõe um mesmo interesse comum a todos os seus membros.

Ver as agroindústrias sob a ótica das mulheres é o nosso interesse neste trabalho. Tentar perceber como as mulheres se colocam, e como os homens as colocam, no processo de beneficiamento, comercialização e gestão dos recursos de um empreendimento que produz comercialmente algo que elas já produziam e que não tinha valor de troca, pois era destinado ao consumo da família, fazia parte do campo “reprodutivo” e agora passa para o campo “produtivo”.

A modernização da agricultura passou a ser questionada/contestada ainda na década de 1970<sup>1</sup>. O modelo de desenvolvimento concentrado, baseado no crescimento econômico mais do que um desenvolvimento que levasse em conta também o lado social, impôs aos agricultores familiares uma dura realidade. A desvalorização dos preços dos produtos agrícolas, a utilização de insumos e sementes a preços muito altos onerava os produtores, enquanto o “incentivo” à compra de máquinas trouxe dívidas difíceis de serem saldadas. Muitos agricultores

---

<sup>1</sup> Ver, entre outros, SANTOS (1978).

perderam suas terras ou foram obrigados a vendê-las para pagar as dívidas com os bancos.

Esse crescimento econômico que, pregado pelos seus idealizadores, iria provocar a integração social e diminuir as desigualdades, teve efeito contrário. O que se assistiu foi o aumento das disparidades sociais. De um lado, a acumulação de capitais para alguns, de outro, a exclusão econômica, social e cultural de um grande número de agricultores. Somente entre 1967 e 1978 as pequenas propriedades perderam 7.399.931 hectares de terras no Brasil. Em 1967, tinha, no Brasil, 3.638.931 imóveis rurais, dos quais 1,4% (50.945) eram grandes propriedades (mais 1.000 ha), esses ocupavam 48,9% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Enquanto isso, os pequenos proprietários (com menos de 100 ha) ficavam com apenas 18,7% da área total dos estabelecimentos. Em 1978 a concentração era ainda maior. Os grandes proprietários eram 1,5% e detinham 51,4% das terras, já os pequenos representavam 83,8% ocupando apenas 14,8% da área total. Esses números demonstram que a modernização da agricultura veio acompanhada de uma crescente concentração fundiária (OLIVEIRA, 2004-2005: 158).

A contestação a esse modelo passou a ser mais intensa a partir dos anos 80 por parte de agentes e atores sociais que, embora tenham seus discursos carregados de conotações ideológicas e partidárias, apontavam para alternativas capazes de buscar novas formas de fazer e viver a agricultura (ALMEIDA, 1999:17). Surgem tentativas de construção de uma nova realidade baseada na cidadania, nos direitos coletivos e na justiça social. Esses grupos desenvolveram-se, em grande parte, no sul do país. Em Santa Catarina, o movimento foi mais forte na região oeste do estado. Escolhemos, assim, esta região como área de estudo pelo número expressivo de grupos de cooperação, de agroindústrias familiares de pequeno porte e de produtores que comercializam nas feiras do município de Chapecó. O oeste de Santa Catarina corresponde a 25% do território catarinense mas é responsável por mais de 50% da produção agropecuária, concentrando inclusive grandes empreendimentos agroindustriais. Ao mesmo tempo em que temos na região grandes agroindústrias, as experiências de agroindustrialização artesanal também estão se desenvolvendo. Segundo levantamento de Schmidt et alli (1999) havia neste período mais de mil experiências no Estado.

Na década de 1980 eclodiram no Oeste vários movimentos sociais que, juntamente com agentes/atores sociais e também o poder público municipal, deram suporte e incentivo a essas experiências. Esses grupos e atores sociais, além de questionar os resultados da modernização e também a maneira como ela vinha sendo encaminhada, procuraram articular o que Jalcione Almeida chama de uma possível nova modernização que, para esses atores, é concebida como modernização alternativa, pois leva em conta as noções de “coletivo” e de “comunidade”, saindo do reducionismo econômico.

E, no bojo da constituição dos grupos de cooperação e implantação das agroindústrias, está a participação das mulheres. Um dos grandes movimentos sociais que ali surgiu foi o MMA – Movimento de Mulheres Agricultoras, hoje MMC – Movimento de Mulheres Camponesas, cuja atuação tem sido decisiva para a conquista de direitos sociais para as trabalhadoras rurais.

Na propriedade familiar, a divisão sexual do trabalho é evidente. Temos claramente lugares para homens, mulheres, jovens, crianças e idosos. Apesar de comportar variações, há um padrão que atravessa as gerações, naturalizando-se, tornando-se um *habitus*, na concepção de Bourdieu<sup>2</sup>.

O trabalho nas agroindústrias de pequeno porte absorve a mão-de-obra das mulheres e dos jovens também. Grande parte dessa juventude poderia migrar para as cidades em busca de emprego e renda própria. Em relação às mulheres, o trabalho que antes era feito na lavoura, passa a ser realizado próximo à casa ou dentro dela, o que lhes permite compatibilizar melhor tais atividades com o trabalho doméstico. Essa possibilidade, porém, tem um lado negativo. A proximidade entre os dois tipos de trabalho acaba por confundí-los, fazendo com que as tarefas ligadas à agroindústria sejam consideradas quase como uma extensão do trabalho doméstico, e, portanto, como trabalho não produtivo<sup>3</sup>.

Mesmo que esses trabalhos sejam realizados pelos jovens e mulheres, na sua grande maioria, os resultados destas tarefas são apropriados e legitimados por todos os membros da unidade familiar, não de forma igualitária. O gerenciamento da

---

<sup>2</sup> Para Bourdieu a visão dominante da divisão sexual está incorporada aos ditados, provérbios, enigmas, cantos, poemas, representações artísticas, comportamentos, posturas, práticas, organização do espaço referente ao masculino e ao feminino, cultura, enfim, se encontra no *habitus* de cada indivíduo, desenvolvendo-se “como um princípio universal de visão e de divisão, como um sistema de categorias de percepção, de pensamento e de ação” (BOURDIEU 1995, p.137).

<sup>3</sup> Na década de 1970, principalmente entre os marxistas, houve uma preocupação acentuada em diferenciar o trabalho produtivo (aquele que produz mais valia) do reprodutivo (que não produz). Nesta caracterização o trabalho doméstico acaba sendo considerado improdutivo, mesmo contribuindo na economia doméstica.

renda e a gestão do empreendimento é realizada pelo homem considerado o “chefe da família”, mantendo-se quase intactas as tradições patriarcais que ocasionam desequilíbrios de poder ligados a gênero e geração.

Muito dos bens fornecidos pelas agroindústrias familiares são originários da produção doméstica das mulheres: queijos, iogurtes, manteiga, geléias, compotas, doces, verduras, conservas, que antes serviam apenas para o consumo da família. Quando esses produtos começaram a ser feitos comercialmente, a administração passou para a mão dos homens em muitas propriedades. Do mesmo modo o trabalho que se mecanizou foi sendo assumido pelos homens, porque o treinamento e as informações sobre o funcionamento das máquinas oferecidos pelos órgãos de extensão rural ou empresas particulares são, em geral, dirigidos aos homens.

Ao tratarmos do trabalho feminino, não nos referimos apenas à identidade da mulher enquanto agricultora, mas sim à sua participação na gestão da propriedade e no gerenciamento da renda, retomando, deste modo, questões econômicas, como propõem Deere e León (2002:37). Já constatamos anteriormente (BONI: 2004), que fazer parte da direção em um sindicato de trabalhadores rurais, por exemplo, não significa, necessariamente, igualdade de tratamento, ou mudanças de práticas do sindicato e de grande parte dos dirigentes. Acarretava sim em aumento de atividades e cobrança bem maior por parte dos homens e também delas mesmas, afinal, tinham que provar constantemente que eram capazes de dedicar tempo semelhante ao deles às tarefas sindicais, abdicando de seu tempo livre e acumulando tarefas.

Assim, minhas principais interrogações são: 1) Qual a participação das mulheres no trabalho das agroindústrias? 2) Como é a sua participação nas decisões? 3) Que papel desempenha a mulher na comercialização dos produtos, seja nas feiras de venda direta ou junto aos demais compradores? 4) E, finalmente, se há um reordenamento das tarefas antes legadas somente às mulheres com a implantação da agroindústria familiar?

Temos como objetivo principal verificar como se dão as relações de trabalho dentro das agroindústrias familiares na esfera da propriedade e qual o papel das mulheres na produção e comercialização. Outros objetivos são: identificar papéis sociais relacionados a gênero e geração na propriedade; verificar se a instalação da Agroindústria Familiar diminui o êxodo dos jovens; dimensionar a satisfação das mulheres com o trabalho na agroindústria; e verificar se há um aumento ou



diminuição do trabalho das mulheres com a instalação do novo empreendimento.

### **A metodologia utilizada e o trabalho de campo**

A metodologia consistiu primeiro em um levantamento de dados sobre as agroindústrias familiares de pequeno porte junto às organizações de assistência e assessoria de grupos, mais especificamente à APACO - Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense - e à UCAF - Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense. Neste levantamento levamos em conta um critério que é o de produtos, ou seja, escolhemos agroindústrias de diferentes ramos dentre os principais levantados na região. Esta escolha por diferentes produtos se deve às demandas de trabalho geradas por eles, que são diversos, o que nos permite analisar diferentes tipos de relações dentro e fora da família. Não fizemos uma análise comparativa entre elas, mas sim buscamos pontos comuns em atividades diferentes. Realizamos entrevistas semi-estruturadas com lideranças e membros dos grupos, tanto homens como mulheres. Visitamos nove unidades de beneficiamento das dez da amostra porque os membros de uma delas foram entrevistados na feira da cidade. Dividimos o trabalho de campo em duas etapas. A primeira foi em março de 2004 quando visitamos quatro propriedades, num total de cinco agroindústrias. Em apenas uma não fomos até a propriedade, como já dissemos, mas foram realizadas mais que uma entrevista e demais conversas na feira. Na segunda etapa, em março de 2005, visitamos mais cinco agroindústrias.

Em algumas visitas acompanhamos o trabalho na agroindústria, inclusive um abate de suínos. Em todas realizamos entrevistas e em algumas houve aplicação de um questionário, que continha algumas questões abertas. Nestas últimas fizemos o trabalho de campo juntamente com um bolsista do curso de geografia da Unochapecó que realiza pesquisa semelhante

Optamos pela entrevista aberta e semi-estruturada como metodologia principal do trabalho porque estas técnicas têm como vantagem a elasticidade em relação à duração, o que permite um aprofundamento maior em determinados assuntos.

*“Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas. Elas também são possibilitadoras de uma*

*abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes. Desse modo, estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa". (Boni e Quaresma, 2005:75)*

Algumas entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Outras não, uma vez que os agricultores e agricultoras ficaram mais à vontade sem o gravador.

Os municípios foram escolhidos em função dos grupos ali instalados. As agroindústrias distribuem-se pelos municípios de Coronel Freitas, Seara, Cordilheira Alta e Chapecó. (ver mapa 1).

Dada a falta de informações sobre o número total e agroindústrias e sua localização teria sido impossível selecionar uma amostra representativa. Optamos então por uma amostra intencional suficientemente heterogênea para que se pudesse perceber melhor diferenças e semelhanças. Os casos selecionados são, na maioria típicos<sup>4</sup> no sentido de representarem formas comuns de empreendimentos existentes na região.

Os diferentes ramos foram escolhidos por demandarem diferentes trabalhos, como já foi dito, e por terem dinâmica própria. As agroindústrias de leite e ovos e panificados por serem atividades desenvolvidas mais pelas mulheres. As de suínos e frango por serem atividades antes ligadas à integração e as de mel e vinho, para ver como se dava a inserção das mulheres nestas atividades que não são consideradas femininas, mas das quais elas já participavam.

Apesar de que não pudemos trabalhar com uma amostra grande, por falta de tempo e recursos, algumas generalizações foram possíveis através da comparação com outras pesquisas desenvolvidas na região, especialmente Mior (2003) e Badalotti (2003) que, apesar de não tratarem de gênero, estudaram as agroindústrias familiares, e Rockenbach (1995) cuja pesquisa foi sobre empresárias rurais em outra região do estado.

---

<sup>4</sup> Ward (1993) escrevendo sobre tipos de erros comuns em *surveys* realizados em países do Terceiro Mundo, abre a possibilidade da escolha de casos "típicos" em lugar dos "representativos" quando não há condições de trabalhar com a representatividade.

Entre as dificuldades maiores estão a distância no meio rural e a falta de recursos como o telefone, necessário para agendar as visitas. Nesses casos o transporte dos técnicos poderia ser a solução, mas sentimos desinteresse destes em relação aos estudos de gênero. Apesar disso a amostra foi, a nosso ver, suficiente porque tivemos vários fatores a favor como o conhecimento pessoal da região, a utilização de informantes-chaves<sup>5</sup>, certa homogeneidade da região e a utilização de outras pesquisas.

### **A estrutura do trabalho**

O trabalho divide-se em quatro capítulos. No primeiro faço uma discussão sobre os conceitos de agricultura familiar e suas implicações. Ainda neste capítulo descrevo um pouco a região oeste de Santa Catarina, sua agricultura, sua produção e os fatores que podem ter levado certo número de agricultores a optarem pelas agroindústrias de pequeno porte.

No segundo capítulo, ao mostrar como surgiram as agroindústrias e como se caracterizam, procuramos verificar como a noção de pluriatividade pode contribuir na compreensão do estudo da agroindustrialização artesanal. Levanto, entretanto, os limites deste conceito no que se refere à ausência de qualquer recorte de gênero e geração por parte dos autores que o utilizam.

No capítulo três revisamos a noção de gênero e o que a utilização deste conceito trouxe de base para a discussão acerca das desigualdades em relação às mulheres. Discutimos também a importância do trabalho doméstico, especialmente na agricultura familiar, que, apesar de sua contribuição na manutenção da propriedade, continua desvalorizado. Abordamos, por fim, as recentes políticas públicas direcionadas às trabalhadoras rurais, destacando que estas continuam priorizando o caráter produtivo do trabalho, através do crédito, não se configurando, portanto, em políticas pública de gênero.

No quarto e último capítulo, analisaremos os dados da pesquisa: as agroindústrias familiares, o trabalho desenvolvido pelas mulheres e as relações de gênero e poder envolvidas. Colocamos aqui os depoimentos das mulheres, e de

---

<sup>5</sup> Neste caso houve abertura pelos contatos prévios vindos de pesquisas anteriores, Boni (2004) e trabalhos de campo realizados durante a vigência do Plano Sul de Pesquisa Agricultura Familiar: reestruturação social e capacitação humana.

alguns homens, sobre as agroindústrias, o trabalho na unidade e no âmbito doméstico, o tempo das mulheres, enfim, o resultado das observações de campo.

## **Capítulo 1**

### **Agricultura familiar**

#### **1.1 – Agricultura familiar no Brasil**

O meio rural brasileiro sofreu muitas mudanças nos últimos 40 anos. A chamada Revolução Verde e a Modernização da Agricultura alteraram significativamente as relações sociais no campo. Uma parcela relevante dos pequenos proprietários, dos assalariados rurais, arrendatários e meeiros sofreram um intenso processo de empobrecimento. O modelo de desenvolvimento foi o da concentração de propriedade e renda, com ênfase no desenvolvimento urbano-industrial.

O sistema de integração às agroindústrias e às cooperativas tradicionais causou a dependência e a exclusão de milhares de famílias de agricultores em Santa Catarina. Como exemplo, podemos citar o caso da suinocultura. Segundo Altmann<sup>6</sup> (2003) existiam no estado, em 1985, cerca de 60 mil produtores que tinham na suinocultura sua principal atividade. Esses criadores produziram 242.000 toneladas de suínos neste ano. Em 2003, os suinocultores eram apenas 15 mil, produzindo 668.000 toneladas, ou seja, quase três vezes mais que em 1985, embora seu número ter se reduzido a um quarto. Esses produtores, apesar de terem se mantido na atividade, continuam sujeitos às tensões do mercado.

A concentração da produção causou, por um lado, a poluição de rios, solos e nascentes de água e, por outro lado, os produtores excluídos dedicaram-se a outras atividades, ou migraram para as cidades ou diferentes regiões do país. Isso não aconteceu só com os produtores de suínos. No sul do Brasil, a monocultura de soja, arroz e milho também foi bastante forte, especialmente no Rio Grande do Sul e no Paraná. A crise na agricultura familiar no Paraná e Rio Grande do Sul já vinha ocorrendo desde os anos 70. Em Santa Catarina ela se mostra mais claramente nos anos 80 (MIOR: 2003).

Com o discurso da modernização perdendo forças diante da falência do modelo urbano-industrial, gerando poluição e desemprego, assistimos a pequena propriedade e a diversificação da produção sendo revalorizadas tanto pela academia como pelas políticas públicas. Na academia nota-se um aumento de pesquisas e do

---

<sup>6</sup> Disponível em [www.icepa.com.br](http://www.icepa.com.br)

número de pesquisadores e projetos voltados para o estudo da agricultura familiar. No que se refere às políticas públicas, podemos acrescentar até mesmo a criação de um ministério cuja prioridade é esta forma de produção e a reforma agrária, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Além disso, em 1995 foi criado um programa de crédito específico para a agricultura familiar que começou a operar em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, com a finalidade de atender de forma diferenciada os produtores rurais familiares.

A pequena propriedade camponesa<sup>7</sup>, que no passado foi alvo de vários discursos vaticinando seu desaparecimento, torna-se objeto de inúmeros estudos que têm por finalidade provar sua viabilidade. Apesar das predições que o campesinato desapareceria não terem se confirmado<sup>8</sup>, não se pode deixar de concordar que sua manutenção não tem sido tranqüila, há uma certa precariedade no campesinato e na agricultura familiar contemporânea, em especial nos países pobres (ABRAMOVAY, 1993).

Nos últimos anos vem se fazendo importantes discussões acerca da pequena produção agrícola. A definição de agricultor familiar é um tanto complexa. Existem vários critérios para delimitar o que é familiar e o que é patronal, por exemplo, tipo de mão-de-obra, participação no mercado, grau de capitalização. Porém tem um ponto que é comum a todas as definições: o trabalho familiar. Resolvemos optar pelo seguinte conceito que expressa essa invariante. “A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCHE, 1997:15).

A definição contida no Projeto de Cooperação INCRA/FAO de 2000 reforça o que acabamos de dizer. Segundo ela, as unidades familiares são as que atendem às seguintes condições: a direção dos trabalhos do estabelecimento são exercidas pelo produtor; e o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado. No dossiê

---

<sup>7</sup> Utilizamos os termos estrutura camponesa e agricultura familiar como sinônimos em alguns momentos. Neste trabalho, estamos considerando camponeses os agricultores que trabalham com mão-de-obra familiar e são considerados pequenos produtores segundo os critérios do INCRA e da FAO para a região onde vivem. Admitimos que podemos estar trabalhando com um falso grau de homogeneização desse grupo que o conceito de agricultor familiar também não elimina. O termo camponês permite fazer maior relação entre a agricultura brasileira e européia, além disso, nos remete a uma conotação política de criação de identidade em determinadas momentos. Um exemplo é a unificação dos diversos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais do Brasil em um único movimento, o Movimento de Mulheres Camponesas. Mesmo assim, não estamos considerando o termo ‘agricultura familiar’ como mais neutro politicamente que o de ‘camponês’

<sup>8</sup> É importante lembrar que os autores clássicos marxistas, entre eles Lênin e Kautsky, viam o campesinato como em desaparecimento. Ver entre outros, Abramovay (1992) e Araújo (2002). Também para os teóricos da modernização, os camponeses deveriam se transformar em pequenos empresários familiares ou desaparecer.

estatístico apresentado pela FAO/INCRA de 1996, “a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva”.

Segundo o Censo Agropecuário de 1995/96, existem no Brasil 4.139.369 estabelecimentos familiares, que ocupam uma área de 107,8 milhões de hectares. Os números apresentados no projeto de Cooperação INCRA/FAO demonstram que os agricultores familiares são mais eficientes no uso do crédito rural que os agricultores patronais, pois conseguem níveis de produção superiores a estes com menos recursos. São 4.139.369 estabelecimentos familiares, ocupando uma área de 107,8 milhões de hectares (30,5%), sendo responsáveis por R\$ 18,1 (37,9%) bilhões do Valor Bruto da Produção Total, recebendo apenas R\$ 937 milhões de financiamento rural. Os agricultores patronais possuem 554.501 estabelecimentos que ocupam uma área de 240 milhões de hectares (67,9%), onde produzem R\$ 29.139.850 (61%), recebendo mais de dois bilhões e 735 milhões de reais em financiamentos, cerca de 73% do total do crédito.

## **1.2 – Agricultura Familiar na região oeste de Santa Catarina**

A colonização da região oeste de Santa Catarina se deu a partir de 1920 e, basicamente, por descendentes de imigrantes vindos, principalmente, do Rio Grande do Sul, onde já estavam esgotadas as terras destinadas à colonização. (POLI, 2001:27)

Nos anos de 1950 e 1960 a ocupação chegou ao seu auge, sendo que, na década de 70, a região estava praticamente toda ocupada (MELLO, 1998: 28). Segundo Prim (1996: 15), a partir dos anos 70, a região oeste passou a gerar excedentes populacionais que se dirigiram para as regiões Norte e Centro-Oeste do país.

O governo do Estado fez grandes concessões de terras às empresas colonizadoras. Estas, por sua vez, demarcavam e vendiam os lotes de terras aos

agricultores recém-chegados. Esses colonos, como são denominados os agricultores descendentes de imigrantes italianos e alemães, encontraram terrenos montanhosos e de difícil acesso. No entanto, a maioria deles já estava habituada a este tipo de relevo.

Em grande parte da região havia caboclos e índios que habitavam as matas, sem deter o título de propriedade. O governo, ao ceder as terras às empresas colonizadoras, ignorou a presença desses moradores. Muitos deles tornaram-se agregados<sup>9</sup> nas propriedades adquiridas pelos colonos.

Segundo relatos de alguns colonos já idosos, as companhias colonizadoras apenas vendiam as terras, sem provê-las de infra-estrutura. Muitas estradas da região, principalmente as que ligavam as comunidades entre si e estas com as vilas, foram construídas por eles em forma de mutirão. O transporte da produção era feito por carroças e o meio de locomoção mais usado era o cavalo. Para pegar um ônibus que os levasse às cidades maiores tinham que andar muitos quilômetros a pé ou a cavalo.

Os caboclos que não eram agregados, trabalhavam como diaristas nas propriedades dos colonos. Para alguns restou morar às margens dos rios, onde as terras eram ainda mais acidentadas. Ali plantavam pequenas roças destinadas à subsistência (Id. Ibid.). Os colonos, por sua vez, tinham uma lógica de trabalho que visava o acúmulo de riquezas, sua produção era voltada para o mercado. Já estavam acostumados a produzir excedentes na Europa antes de emigrarem para o Brasil. Além disso, muitos tinham que terminar de pagar as terras à companhia colonizadora.

Desde o início praticam o sistema de policultura, com lavouras diversificadas e com a criação de aves, suínos e bovinos. Com a abertura de estradas e a instalação de redes de energia elétrica, os colonos puderam aumentar e diversificar ainda mais a produção, especialmente a criação de animais para a venda.

Mais tarde, com a instalação de agroindústrias, passaram a produzir em maior escala e a se dedicar a criações mais específicas (MELLO, 1998:29). Nos anos 60 surge uma nova fase na produção de suínos, com a interferência direta das agroindústrias e do Estado neste processo que visava modernizar a agropecuária nacional, fato que retomaremos adiante. A produção de suínos foi a primeira a se

---

<sup>9</sup> Agregado é um termo bastante usado para designar o empregado que mora na terra do proprietário, trabalha para ele, e recebe um pequeno pedaço de terra para plantar.



destacar após a instalação dos frigoríficos na década de 70<sup>10</sup>. Os agricultores que já produziam para o consumo passaram a produzir em maior escala e fornecer ao mercado, utilizando novas técnicas para o aumento de produtividade e transformando essa produção na principal atividade econômica da região.

“No Oeste do Estado, outro fator de modernização foi a expansão dos frigoríficos. Essas empresas trabalham na forma de ‘produção integrada’, isto é, fornecem insumos e assistência técnica ao produtor e compram toda a produção. Essa é uma forma oligopólio-oligopsônica de comércio, porque o agricultor se obriga a só comprar os insumos da agroindústria e a vender o produto para ela. Para ser integrado o agricultor tem que obedecer padrões de qualidade bastante altos e mesmo internacionais, quando os bens são exportados. Caso não o faça, ou não consegue ligar-se às empresas ou é delas desligado, porque nada lhe assegura a continuidade do contrato”. (Paulilo, 1998:113)

Uma das conseqüências da integração analisada por Paulilo (1990) é a perda de autonomia sobre o processo produtivo. Ao se integrarem, o controle deste processo passa para os frigoríficos. O trabalho desenvolvido pelo agricultor é ditado pelos técnicos dessas empresas. A alimentação, as instalações e o manejo dos suínos são feitos conforme as diretrizes impostas pelo frigorífico. Outra conseqüência é a dependência do produtor em relação à agroindústria, que fornece os leitões para os produtores de terminados, a ração e os medicamentos, mas que cobra exclusividade na venda da produção.

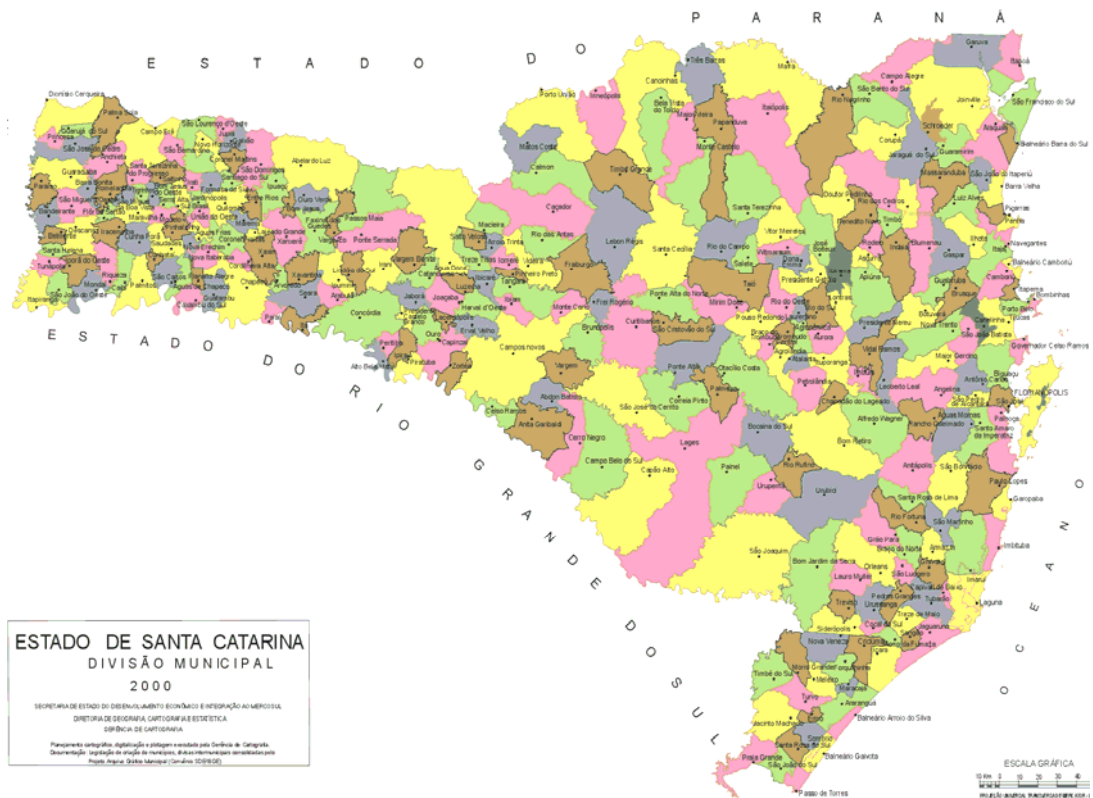
Juntamente com a produção de suínos está a produção de milho e feijão. Os agricultores não se dedicavam a uma única cultura ou criação e, com o aumento da produção de suínos, surge a necessidade de aumentar as lavouras de milho e, mais tarde, a de soja que será usada para a produção de óleo vegetal e de ração para a suinocultura e a avicultura. A partir dos anos 90 se desenvolve com mais intensidade a produção comercial de leite, até mesmo como uma alternativa aos problemas enfrentados na suinocultura. Muitos agricultores que abandonaram a criação de suínos e também os que a mantiveram passaram a se dedicar ao leite como forma de diversificar a produção, aumentar a renda e ter uma alternativa que lhes possibilitasse enfrentar futuras crises.

---

<sup>10</sup> As principais agroindústrias instaladas na região oeste são: Sadia, Perdigão, Ceval (Seara) e Cooperativa Aurora.

### 1.2.1 - A região oeste: população e produção

A região Oeste corresponde a 25% do território catarinense e segundo a demarcação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE compreende a região que vai de Joaçaba até a fronteira com a Argentina. A Meso-região oeste compreende cinco microrregiões, são elas: a microrregião de Joaçaba, Concórdia, Chapecó, Xanxerê e São Miguel do Oeste, conforme mostra o mapa.





Esta região, com apenas 25% do território catarinense, produz mais de 50% do valor bruto da produção agrícola, o que a faz destacar-se como a maior produtora de alimentos do estado. O estado de Santa Catarina é o primeiro colocado, em termos de Brasil, na produção de carne suína, maçã, alho e mel e o segundo na produção de aves. Além disso, sua produção de leite, milho, feijão, arroz, fumo e cebola também é significativa. Parte dessa produção é consumida no país e parte é exportada, principalmente a carne de aves, a suína, fumo e maçã. Grande parte destes produtos provêm da região oeste.

Por sua significativa produção de aves e suínos, a região abriga também o maior complexo agroindustrial deste ramo. Grandes indústrias estão aí instaladas, como a Sadia, a Ceval, a Perdigão e a Cooperativa Aurora.

Cerca de 79% dos 5.333.284 habitantes do estado vivem e trabalham nas cidades e 21% no campo, o que corresponde a cerca de 180 mil famílias. Destas, cerca de 90% são agricultores familiares, segundo consta no cadastro do Pronaf. Estes agricultores, ocupando apenas 41% das áreas agrícolas, produzem mais de

70% do valor da produção agrícola e pesqueira do estado<sup>11</sup>. A maior concentração de propriedades familiares também ocorre na região oeste do estado. O desenvolvimento da aquicultura (piscicultura) em açudes aparece como uma alternativa de diversificação, utilizando, inclusive, os dejetos de suínos na criação de peixes.

Três produtos importantes marcaram a organização social da região oeste trazendo mudanças significativas: a produção integrada de suínos e aves e a produção leiteira. Veremos cada um deles.

### **1.2.1.1 - A suinocultura**

A modernização tecnológica nas agroindústrias fez parte de um amplo processo que começou a vigorar no país nas décadas de 70 e 80, mundialmente tratado como “revolução verde”. Esta modernização consistiu no “desenvolvimento e a introdução de material genético animal e vegetal com maior potencial produtivo (novas raças e novos cultivares), mecanização do processo produtivo e uso de insumos químicos (fertilizantes e pesticidas)”. (PRIM, 1996: 21)

Quanto à suinocultura, segundo Mello (1998: 46), no período inicial, as agroindústrias passaram a selecionar agricultores com o objetivo de integrá-los aos seus departamentos de fomento. Essa seleção incluía, num primeiro momento, os agricultores que tinham condições de aumentar o número de suínos e possuir terras suficientes para o plantio, principalmente de milho, utilizado na ração. Porém, como o aumento de produção nas propriedades diminuía os custos para as agroindústrias tanto no transporte de ração e dos animais, como na assistência técnica, para as empresas era mais vantajoso ter um número menor de produtores que lhes fornecessem matéria-prima suficiente. Assim começou a exclusão de muitos produtores anteriormente selecionados.

Segundo a Secretaria Estadual de Agricultura, a diminuição do número de produtores não acarretou redução da produção. A queda no número de produtores deve-se, entre outros fatores, a uma nova reestruturação imposta pelas agroindústrias. A produção através do ciclo completo vai desde a criação das matrizes até a engorda dos suínos que vão para o abate, ou seja, o animal

---

<sup>11</sup> Dados do Instituto Cepa. Disponível em [www.icepa.com.br](http://www.icepa.com.br).

terminado. Essa produção passou a ser feita por fases onde cada produtor fica responsável por uma etapa, produção de leitões e de terminados. Para isso produtores que não tinham o número de matrizes exigidas pelas agroindústrias, ou adquiriram, ou abandonaram o sistema de integração.

Esse modelo além de gerar exclusão, causou forte impacto ambiental com a poluição de rios e solos através do excesso de dejetos suínos e dos agrotóxicos utilizados nas lavouras (GUIVANT, 1997).

Todas essas transformações alteraram profundamente a história do oeste catarinense. As mudanças tecnológicas da modernização excluíram muitos agricultores do processo produtivo e causaram forte êxodo rural.

A crise na suinocultura e na produção de grãos que atingiu o oeste de Santa Catarina teve sua semente lançada ainda na década de 70, foi gestada na década de 80 e mostrou sua face mais dura nos anos 90. Para Mior (2003:86), a crise da agropecuária se agravou nos anos 90 e é neste período que começam a surgir questionamentos da literatura sobre a relação entre a crise na<sup>12</sup> agricultura familiar e “seus possíveis reflexos nos espaços socioeconômicos regionais”.

O modelo de desenvolvimento baseado na modernização, especialização e na concentração da produção teve duas faces. A mais falada é a positiva, que gerou o aumento da produção e da produtividade. A outra face foi muito danosa para a região em termos econômicos, ambientais e sociais. Econômicos e sociais, na medida que excluiu muitos agricultores familiares do processo produtivo; ambientais por concentrar a produção em alguns locais, geralmente próximos aos frigoríficos, gerando assim a poluição de rios, nascentes de água e do solo.

Segundo Guivant (1997), a concentração da produção de suínos ocasiona um acúmulo de dejetos não aproveitados como adubo nas lavouras uma vez que a área arável vem diminuindo e há grande consumo de fertilizantes químicos. Podemos acrescentar também que a especialização tem obrigado os agricultores a se dedicarem mais à criação e menos às lavouras. A grande quantidade de dejetos causa a poluição das águas de forma acidental ou mesmo proposital, embora a fiscalização tenha se tornado mais rigorosa. A contaminação das fontes de água traz doenças bacterianas, virais, fúngicas e parasitárias. Outra consequência da contaminação é a proliferação do mosquito conhecido como borrachudo. Os dejetos

---

<sup>12</sup> O autor coloca “crise da agricultura”, substituo por crise “na” agricultura por entender que a crise se dá na agricultura familiar em decorrência de fatores externos e esta foi afetada por e não geradora da crise.

lançados nos rios além de alimentar as larvas deste inseto, têm causado a morte de peixes (GUIVANT, 1997:8). Um exemplo são os pequenos municípios da região oeste, como é caso de Xavantina, que tem uma população de 4.118<sup>13</sup> habitantes e que tem uma produção muito alta de suínos, em 2002, segundo levantamento do IBGE, havia mais de 200.000 cabeças. O território deste município é de apenas 215 km<sup>2</sup>, com relevo bastante acidentado, impossibilitando o aproveitamento de boa parte dos dejetos.

Ao mesmo tempo em que houve perda econômica por parte dos agricultores e sua exclusão, deu-se um abandono das atividades agrícolas, aumentando a migração para as cidades. Muitas famílias deixaram o campo no período que vai de 1999 a 2002. Segundo dados do Instituto Cepa, cerca de 13.000 (treze mil) pessoas deixaram o campo em Santa Catarina, mais da metade delas na região oeste. Além disso, muitos jovens, por verem frustradas suas expectativas de permanecer no campo com um padrão de vida que lhes permitisse ao menos estudar, migraram também para as cidades, como mostra Stropasolas (2001).

### **1.2.1.2 - A avicultura**

A avicultura surge na região nos anos 60, se expande nos anos 70 e se torna expressiva nos anos 80. Com isso se desenvolve uma importante produção agroindustrial. Segundo Prim (1996: 21) estas agroindústrias têm estratégias bem distintas. Uma delas é ampliar e desenvolver o seu sistema de integração que consiste em fornecer aos agricultores integrados animais de alta linhagem, alimentação para esses animais e assistência técnica e, em contrapartida, exigir a exclusividade na compra da produção. Além disso, passou a impor normas sanitárias aos produtores. Com a produção garantida, a estratégia das agroindústrias tem sido implantar um novo processo de modernização interna e diversificar a produção dentro da empresa, aumentando consideravelmente o número de produtos oferecidos ao mercado.

Na avicultura temos um processo diferente do implantado na suinocultura. Enquanto na primeira o início da produção se deu a partir da pequena criação que os produtores tinham e a especialização foi posterior, na avicultura houve completa

---

<sup>13</sup> Dados do IBGE obtidos no site [www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php) Acessado em 25/09/05.

ruptura com a forma de produção antes existente. As aves para a integração vieram das empresas e as que eram criadas nos quintais tiveram que ser eliminadas. Esta é uma atividade visivelmente industrial desde os insumos até o produto final, isto é, é fundamentada na mais alta tecnologia genética para possibilitar um crescimento rápido. Neste modelo, a criação de aves pelos pequenos agricultores não poderia se dar de outra forma senão pela integração com empresas ou cooperativas.

A avicultura trouxe também, além da diversificação da produção, a possibilidade de geração de renda mais rápida que a advinda da cultura de grãos ou da criação de suínos. Outra possibilidade é o emprego da mão-de-obra das jovens como demonstra Stropasolas (2002). Em pesquisa realizada no município de Ouro/SC, este autor constatou que em muitas propriedades os aviários ficavam sob a responsabilidade das moças, sendo até mesmo a sua instalação já programado em função do trabalho jovem feminino. Isso, ao mesmo tempo em que servia para evitar a migração das moças, causava descontentamento dos uma vez que reduzia o tempo dedicado ao lazer nos finais de semana. Em nossa experiência na agricultura também percebemos essa estratégia, quando uma pequena parte dos lucros era, então, destinado à moça.

A produção de aves também se destaca pela exportação. Em 2002 foram produzidos no Brasil 7.449 mil toneladas de carnes de aves, sendo que 1.600 mil toneladas foram exportadas. Em 2004 a produção foi de 8.120 mil toneladas, destas 2.250 mil foram destinadas à exportação. Do total produzido em 2003, 25,2% foram exportados.

A produção avícola catarinense tem sido reduzida nos últimos anos. Essa redução se deve ao deslocamento da produção para outros estados e especialmente para o Rio Grande do Sul, o Paraná e os estados da região Centro-Oeste. A região oeste de Santa Catarina é ainda a maior produtora do Estado, e destina 50% da sua produção para a exportação, o que representa em torno de 33% do total exportado pelo país.

### **1.2.1.3 - A atividade leiteira**

Além do suíno e do frango, outra atividade econômica que se intensificou no Oeste a partir dos anos de 1990 foi a produção leiteira. Os agricultores integrados optaram pela atividade devido às incertezas em

relação à produção de matérias-primas para as agroindústrias, enquanto aqueles que foram excluídos do processo de integração viram no leite uma nova possibilidade de geração de renda. A atividade leiteira é caracterizada pela intensa participação feminina, especialmente no sul do país.

Segundo Paulilo (2002:38) a bacia leiteira da região oeste participou com 68% da produção das agroindústrias inspecionadas no ano de 1999. Até há pouco tempo era a região do Vale de Itajaí que detinha a maior produção. Hoje, embora detenha ainda a maior produtividade, a região oeste a superou, tendo havido recentemente mais investimentos, como liberações de créditos para a atividade, instalações de empresas e melhorias nos rebanhos e pastagens. O incentivo das indústrias se deu em função da liberação do preço do leite em 1991<sup>14</sup>.

A exigência das indústrias de leite é aumentar a produção e manter o fornecimento anual e não mais sazonal como ocorre em muitas propriedades que vendem o produto somente no verão, quando o rebanho produz mais. Esse tipo de produção não é viável para as indústrias.

De Grandi, em estudo sobre as mini-usinas de leite, constatou que cerca de 90% da produção leiteira em Santa Catarina, em 1995, era originária de propriedades com menos de 50 ha. Assim, o leite se torna uma alternativa de renda e de inserção ao mercado para as pequenas unidades familiares. Segundo dados do IBGE de 1998, a região oeste produziu, em 1995, 485 milhões de litros de leite envolvendo 70.577 agricultores (MELLO e SCHMIDT 2003: 79).

O Brasil, apesar de ter o segundo maior rebanho leiteiro do mundo, é o sexto em termos de produção e, em produtividade, fica abaixo dos 15 principais países produtores com uma produção média de 852 litros/vaca/ano. Nos Estados Unidos a produtividade é de 7.500 litros/vaca/ano e na Holanda e no Reino Unido em torno de 6.250 litros/vaca/ano. Mesmo com um rebanho considerável, o Brasil importa grande quantidade de leite. Em 1995 foram importados cerca de 3,9 bilhões de litros na forma de leite em pó e derivados. Um dos motivos para essa baixa produtividade brasileira se deve ao fato de que a maioria do rebanho não se constitui de animais de raça leiteira.

Porém, o nosso rebanho, criado solto em pastagens maiores, leva pelo menos uma vantagem em relação ao europeu, onde há grande concentração de

---

<sup>14</sup> O preço do leite ficou tabelado por mais de 40 anos no Brasil, o que desestimulou investimentos no setor. O resultado do não investimento é sentido, principalmente, na quantidade de leite e derivados que são importados.



gado em áreas menores para obter uma exploração mais intensiva. Quando pragas e doenças atingem o rebanho, a proliferação em espaço aberto é menor.

No caso catarinense o rebanho misto ainda predomina mesmo com os esforços para melhorar a raça dos animais. A raça mais adequada para a produção de leite é a Holandesa, mas além de ser um animal caro, é muito pesado e sensível, o que dificulta sua adaptação ao relevo do estado, especialmente do oeste que é bastante acidentado. Uma alternativa foi a introdução da raça Jersey, que é um animal menor e que, cruzado com o rebanho já existente nas propriedades, consegue atingir uma produção maior. Como o aumento da produtividade implica em investimentos de risco, a maneira que os pequenos produtores encontraram de agregar valor ao produto é beneficiando na propriedade, daí a importância das agroindústrias familiares de leite.

#### **1.2.1.4 - A reação**

Como resposta à crise, no início dos anos 80 começaram a aparecer diversos movimentos sociais ligados ao campo em Santa Catarina. Esses movimentos fazem parte de um movimento mais amplo chamado, pelos cientistas sociais, de Novos Movimentos Sociais. Segundo Scherer-Warren (1987: 42), os novos movimentos sociais são movimentos contestadores da realidade excludente gerada pelo modelo capitalista que assumem uma forma de participação mais igualitária, democrática. Eles também *“representam um novo momento dentro da história do campesinato brasileiro, o qual passa a romper com alguns dos seus principais limites no que diz respeito à sua participação política”* (POLI, 1999: 165).

A Igreja na região oeste, como em outros locais, teve papel fundamental na organização dos movimentos sociais. A Igreja Católica, a partir do Concílio Vaticano II e dos Encontros Episcopais de Medellín e Puebla, desencadeou um movimento de renovação de suas práticas e concepções. Na América Latina esse movimento foi bastante forte. Na região Oeste de Santa Catarina essas idéias foram largamente difundidas, principalmente após a chegada do bispo Dom José Gomes à Diocese de Chapecó em 1968.

Em parte com o apoio da Igreja, foram surgindo diversos movimentos. Dentre os principais estão:

a) O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, que surge em Santa Catarina no ano de 1980 com a ocupação da Fazenda Burro Branco em

Abelardo Luz. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA<sup>15</sup>, entre 1979 e 2005 foram desapropriados 142 imóveis rurais. Grande parte destes assentamentos estão localizados no oeste do Estado.

b) O Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens, MAB, organiza-se em torno das desapropriações de terras para a construção das barragens. Na região Sul foram construídas as Usinas de Itaipú na bacia do Rio Paraná, e as de Machadinho e de Itá na bacia do Rio Uruguai. Em 1989 acontece o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens. A sua organização em termos de movimento social organizado em nível nacional só aconteceria dois anos mais tarde, em 1991.

c) O Movimento de Mulheres Agricultoras, MMA<sup>16</sup>, surgido em 1983, foi o que colocou a temática de gênero em discussão. Segundo relatório do I Encontro, os principais temas debatidos foram: 1) *A necessidade da mulher entrar na luta.* 2) *Igualdade entre homens e mulheres.* 3) *A necessidade das agricultoras se unirem e se organizarem para terem seus direitos e dignidade respeitados.* O MMA no seu início teve apoio da Corrente Progressista da Igreja Católica. Por esse motivo carregou por muito tempo, e ainda carrega, traços do discurso da Igreja (CASAGRANDE: 1992). Durante certo tempo a Igreja, apesar de pregar a igualdade entre os gêneros, tentou manter as mulheres afastadas do discurso feminista. As agricultoras, primeiro se interessaram pelas questões trabalhistas e, a partir dos anos 90, foram surgindo questionamentos de gênero influenciados pelo discurso feminista que penetrava entre as militantes. Hoje, esses questionamentos foram incorporados pelo Movimento. O MMC traz consigo, além de uma história de luta pelos direitos previdenciários das trabalhadoras rurais, uma luta pela busca dos direitos políticos dessas mulheres. Elas buscam se fazer representar nas prefeituras, câmara de deputados, assembleias legislativas, câmara de vereadores, sindicatos, conselhos municipais e estaduais e outras entidades. Uma situação emblemática é a da deputada federal Luci Choinacki, hoje no seu terceiro mandato na câmara federal, que foi eleita em 1987 para deputada estadual. Luci, vinda do MMA, foi a única deputada eleita naquele mandato e a segunda mulher a ser deputada estadual na história política de Santa Catarina.

---

<sup>15</sup> Dados obtidos através do site [www.incra.gov.br/](http://www.incra.gov.br/)

<sup>16</sup> O MMA passou a se chamar Movimento de Mulheres Camponesas, MMC. Em 2004, o MMA, juntamente com os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR, de outros estados do Brasil se uniram sob esta sigla. Não estão aqui incluídos, os movimentos de mulheres ligados aos sindicatos e MST.

d) As Oposições Sindicais ganham força em 1982, quando a chapa de oposição conquistou a direção do sindicato através de eleições. A partir de então, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Chapecó passou a se organizar com base nas propostas de sua campanha. Assim, começou a promover ações, mobilizações e manifestações em favor dos preços dos produtos agrícolas, contra os altos juros dos financiamentos e contra a política agrícola como um todo. Dentre as ações podemos citar as reivindicações de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, como a de crédito diferenciado.

Além de contestarem o modelo de desenvolvimento, esses atores sociais buscaram alternativas a ele. Dentre as alternativas podemos citar a criação de entidades de apoio e assessoria para agricultores familiares. A principal entidade, e a que interessa no âmbito desta pesquisa, é a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense – APACO. Todas as agroindústrias com que tivemos contato têm algum tipo de ligação com esta associação.

A APACO foi criada em 1989 em Chapecó com o objetivo de prestar assessoria técnica, política e administrativa a grupos de agricultores e coordenar as formas de comercialização que visavam a prática da cooperação. É comandada pelos próprios agricultores através de uma direção eleita em assembléia. Nos primeiros anos dedicou-se mais a formar grupos com o intuito de fomentar a comercialização e a aquisição coletiva. A partir de meados de 1990 passou a incentivar a agroindustrialização da produção via unidades de beneficiamento, através de sua participação no Programa Desenvolver<sup>17</sup> em 1997.

A Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense - UCAF foi criada em 1999 como um desdobramento das ações desenvolvidas pela APACO em parceria com outras entidades como Epagri, Programa Desenvolver, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - FETRAF-SUL e o Pronaf Agroindústria. A UCAF tem como objetivo apoiar os agricultores familiares na organização de agroindústrias, na gestão das mesmas e na prestação de

---

<sup>17</sup> O Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção – Desenvolver - foi criado em 1998 com o objetivo de instituir e/ou consolidar unidades de beneficiamento da produção oriunda da agricultura familiar através de assessoramento técnico e geração e difusão de tecnologias apropriadas, visando contribuir com o desenvolvimento rural sustentável no estado de Santa Catarina. Esse programa foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - e Programa de Apoio a Tecnologias Apropriadas – PTA e foi desenvolvido pelas entidades APACO e CEPAGRO. (Programa Desenvolver, 1998)

serviços relativos à gestão, controle de qualidade, marketing e comercialização da produção.

Por ter praticamente nascido da APACO, estas duas entidades se confundem, porém cada uma tem estatuto próprio e é gerida por um grupo diferente de pessoas eleito por seus associados.

Através da UCAF foi criada a marca chamada Sabor Colonial que assegura que o produto provém de agroindústrias familiares. A marca Sabor Colonial é coletiva, ou seja, todas as agroindústrias que trabalham segundo os princípios da UCAF e são associadas a esta usam a marca. Em 2001, já eram mais de 20 agroindústrias que a usavam. Entre elas, produtores de derivados de suínos, de leite, de cana-de-açúcar, mel, pães, sucos e também agricultores ligados ao agroturismo.

No próximo capítulo trataremos da agroindustrialização familiar e artesanal e de como seus aspectos são favoráveis à adaptação em relação a produção dos agricultores familiares desta região. Inserimos a agroindustrialização no conceito de pluriatividade, mostrando como ela se ajusta ao proposto por este termo. Levantamos, todavia, alguns questionamentos que a proposta de pluriatividade não contempla: as desigualdades entre gênero e geração.

## Capítulo 2

### Agroindústrias familiares e Pluriatividade

#### 2.1 – Agroindustrialização Artesanal e Familiar

Como alternativa de produção e como incremento da renda surgem as agroindústrias familiares ou, como caracterizou Prezotto (2002: 137), as Agroindústrias Rurais de Pequeno Porte (ARPP). As agroindústrias familiares passam a industrializar o que muitos agricultores já faziam para seu consumo como doces, compotas, conservas, salames, queijos, bebidas, entre outros. Segundo levantamento feito por Schmidt et alli (1999) existiam, em Santa Catarina, mais de mil experiências deste tipo, que vão desde as unidades muito pequenas, absolutamente informais, até aquelas já consolidadas e inseridas no mercado formal de produtos.

Compreende-se como agroindustrialização o beneficiamento e/ou transformação dos produtos provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aqüícolas, extrativistas e florestais, abrangendo desde processos simples, como secagem, classificação, limpeza e embalagem, até processos mais complexos que incluem operações física, química ou biológica como, por exemplo, a extração de óleos, a caramelização e a fermentação. Inclui, também, o artesanato em geral no meio rural. ([www.pronaf.gov.br/](http://www.pronaf.gov.br/) )

A diferenciação dos produtos da pequena agroindústria é uma importante estratégia para alcançar e ampliar o espaço no mercado. Os produtos provenientes das pequenas agroindústrias, além de serem competitivos, se diferenciam dos demais pela maneira como são feitos e pelos traços oriundos do modo artesanal de fazer dos agricultores, trazidos através dos tempos pela sua cultura. O próprio mercado convencional já esta aderindo a essa lógica. É comum encontrar nos supermercados produtos como “galinha caipira” com a marca de uma grande agroindústria.

Outro mercado que vem crescendo é o dos produtos orgânicos ou cultivados sem agrotóxicos e insumos químicos. O crescimento médio anual é de 20% a 30%<sup>18</sup>. Segundo levantamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

---

<sup>18</sup> Dados obtidos no site [www.ambientebrasil.com.br](http://www.ambientebrasil.com.br)

– BNDS, existiam em 2003 cerca de 31 mil produtores cultivando alimentos sem agrotóxicos no Brasil. Esse número faz do Brasil o segundo maior produtor de orgânicos do mundo. A área plantada também aumentou, passando de 270 mil hectares para 2,2 milhões de hectares em dois anos. Entre os alimentos cultivados podemos citar as frutas e hortaliças, grãos e cereais, cana-de-açúcar, soja, carnes de gado e frango, além dos produtos oriundos do extrativismo, principalmente da região Amazônica, entre outros.

No discurso dos que defendem o cultivo dos alimentos sem agrotóxicos, está presente não só a segurança alimentar, mas também o respeito a quem o produz, às suas tradições culturais e à qualidade de vida do produtor.

Segundo Prezotto, sete fatores caracterizam a agroindústria familiar: a propriedade e gestão, a matéria-prima, a mão-de-obra, a tecnologia, a escala, a localização e a diferenciação dos produtos.

A propriedade e a gestão do empreendimento, que é dos próprios agricultores, pode ser individual ou em grupo. Diferente das grandes agroindústrias onde são apenas fornecedores de matéria-prima, aqui os agricultores decidem sobre a produção e os lucros.

A matéria-prima principal é produzida pelos agricultores. Quando há necessidade, pode adquirir parte dela, o que geralmente é obtido junto aos agricultores vizinhos. O fundamental aqui é que, produzindo os principais elementos do bem final, os agricultores mantêm certa autonomia do seu empreendimento, aumentando a possibilidade de lucros e diminuindo a dependência externa.

A mão-de-obra é familiar e, quando necessário, há a contratação de terceiros. A quantidade de pessoas trabalhando no empreendimento depende muito da produção da agroindústria. Outro fator interessante é que a mão-de-obra familiar é utilizada inclusive na produção da matéria-prima, ou seja, no setor primário. O que pode também acontecer na comercialização do produto final quando feita em feiras de venda direta aos consumidores. Há casos em que a comercialização dá-se em supermercados.

A tecnologia não é muito avançada, muita coisa é feita de modo manual. Porém com o avanço da produção de equipamentos de menor escala, há a possibilidade de maior tecnificação das agroindústrias. O fato de utilizarem uma tecnologia mais simples gera uma maior necessidade de mão-de-obra que, se não

houver suficiente na família, é buscada na vizinhança, motivando a criação de empregos no próprio meio rural.

A escala de produção depende muito da matéria-prima disponível, da mão-de-obra, da capacidade física da agroindústria e da demanda gerada. A vantagem é que tudo isso pode ser decidido pelos agricultores. O que acontece com frequência é que a agroindústria inicia as atividades com uma produção menor, abaixo da capacidade e, com o decorrer do tempo, a produção vai aumentando e novos equipamentos são adquiridos.

A localização da agroindústria é outro fator importante. Por ser instalada na própria propriedade diminui custos quanto ao transporte da matéria-prima e em relação ao trabalho da família. A localização privilegiada evita longos deslocamentos dos trabalhadores, mantendo-os próximos às demais atividades da exploração agrícola.

Para os consumidores, a diferenciação dos produtos é o principal atrativo. Aspectos ecológicos, sociais e culturais favorecem muito na escolha dos consumidores em relação aos produtos de agroindústrias familiares. Alimentos elaborados de forma ecológica, sem a utilização de agrotóxicos, feitos de maneira a manter a forma artesanal, os queijos e salames que mantêm esse aspecto, a certeza de que são produzidos em pequenas propriedades com condições sanitárias de qualidade, além da aparência é o que qualifica positivamente este tipo de produção.

O fato de comercializarem nas feiras da região e em eventos do setor agropecuário aproxima o produtor do consumidor, e este é um outro fator favorável à manutenção da qualidade e especificidades dos produtos das agroindústrias familiares. O contato entre produtor e consumidor os transforma em mais que fornecedores e clientes, o que dificilmente acontece no mercado formal. Assim sendo, a comercialização direta favorece a melhoria da qualidade dos produtos e a adequação ao “gosto dos consumidores”, trazendo maior satisfação e garantindo o consumo.

No oeste de Santa Catarina existem três redes de apoio a agroindustrialização familiar. A UCAF, O Instituto Saga, que faz parte da Associação dos Municípios do Oeste Catarinense - AMOSC e a Cooperativa Central Oeste da Reforma Agrária, a CooperOeste. Não nos deteremos em analisar as redes, apenas trataremos superficialmente da UCAF, uma vez que as agroindústrias escolhidas

compõem esta rede. Entretanto, não abordaremos a relação entre agricultores familiares e entidade. Sua presença pode aparecer nas falas dos entrevistados.

Uma linha de crédito específica para este tipo de empreendimento, o Pronaf Agroindústria, foi criado em 1998 para atender as necessidades dos produtores que já desenvolviam ou visavam ingressar na agroindustrialização de pequeno porte. O Pronaf Agroindústria, que no seu início previa o financiamento para agroindústrias que se estruturassem de maneira associativa e fossem organizadas em redes, passou por um processo de reestruturação, começou a financiar agroindústrias isoladas e, por isso, a maior parte dos recursos de infra-estrutura das unidades de beneficiamento são oriundas de outras fontes dentro do Pronaf, ou seja, das linhas de investimento. Ainda em 1998 foi criado o Pronaf Agregar que tinha o objetivo de acrescentar renda às atividades agropecuárias. Em 2000, essas duas linhas, o Pronaf Agroindústria e o Pronaf Agregar se transformaram no Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural, que manteve o nome de Pronaf Agregar. Essa linha é responsável por liberar recursos para o beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária e foi destinada inicialmente aos agricultores dos grupos B, C e D<sup>19</sup>.

As agroindústrias familiares passam por um processo de criação e legalização mais intenso a partir de 1999 através de projetos governamentais realizados em parceria com entidades de apoio, no caso específico de Chapecó a APACO.

Os principais produtos agroindustrializados na região oeste são a carne suína, o leite e a cana-de-açúcar. As frutas e hortaliças são também processados, embora em menor escala. Estes são igualmente os principais produtos processados pelas unidades ligadas à rede UCAF.

Desses produtos temos uma variedade de derivados. Dos suínos, as agroindústrias produzem vários tipos de lingüiça, defumados como bacon, costela, toucinho e lombo, além de queijo de porco, banha, morcilha branca, copa, torresmo, mortadela, kits para feijoada, salames colonial, tipo italiano e milano e cortes de carne. Do leite são produzidos diversos tipos de queijo como o colonial, minas frescal, quark temperado, mussarela, mussarela nozinho, prato, além de ricota fresca, nata e manteiga. Da cana-de-açúcar produz-se basicamente o açúcar mascavo, o melado e a cachaça.

---

<sup>19</sup> No próximo capítulo veremos como se dá o enquadramento dos agricultores familiares nas linhas do Pronaf.



No quarto capítulo veremos os principais produtos procedentes das agroindústrias da pesquisa.

## 2.2 – Pluriatividade

Segundo Mattei (1998: 03), as transformações estruturais no modelo de desenvolvimento rural em curso estão gerando impactos sobre a reprodução e as relações de trabalho. Novas variáveis estão sendo colocadas, como a ambiental, a agroindustrialização caseira (beneficiamento e comercialização) e de lazer (chácaras de finais de semana, chalés, pesque-pague, hotéis-fazenda, etc.). O espaço rural não pode ser visto apenas como um espaço produtor de alimentos, mas apresenta outras atividades que não precisam ser, necessariamente, agrícolas.

Essas atividades complementares desenvolvidas no âmbito do rural são vistas pela ótica da “pluriatividade”.

Se analisarmos o campo não apenas como um meio produtor de alimentos ou de atividades exclusivamente agrícolas, mas como um espaço de pluriatividade, veremos que as agroindústrias familiares exercem papel importante na manutenção da pequena propriedade e no desenvolvimento do meio rural<sup>20</sup>.

Segundo Schneider (1999: 76), o conceito básico de pluriatividade pode ser resumido na “combinação de uma ou mais formas de renda ou de inserção profissional dos membros de uma mesma família”.

Para autores como Lamarche (1984 e 1987) e Mendras (1984), citados por Schneider (1999: 84), a estrutura agrária contemporânea é responsável pelo desenvolvimento de um processo de diversificação das formas sociais de ocupação da força de trabalho, sendo a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no interior de uma mesma família a sua principal característica. A pluriatividade, então, é encarada como uma característica ligada à agricultura familiar.

No debate da pluriatividade, Schneider (1999: 87) destaca três eixos importantes. O primeiro se refere à interpretação das atividades não agrícolas como estratégia de busca de rendas complementares permanecendo a agricultura como a referência central. O segundo eixo se preocupa em explicar a pluriatividade como uma situação de dupla atividade, sem que haja predominância de nenhuma delas. E

---

<sup>20</sup> Sobre isso ver Prezotto (2002), Mior (2003), entre outros.

o terceiro se remete à pluriatividade como decorrência do processo de reestruturação capitalista e mercantilização do espaço rural, que é a perspectiva da Sociologia da Agricultura.

Vamos nos deter apenas no primeiro eixo que é o que nos interessa neste contexto de agroindústria familiar. Neste caso, fica nítida a intensão de permanecer no campo conservando as atividades agrícolas, pois os agricultores transformam os produtos vindos da exploração agropecuária.

Resgatando Schneider, podemos dizer que autores como Kautsky (1980) e Chayanov (1974) estão entre os primeiros que teorizaram sobre “os trabalhos acessórios”.

Para Kautsky a agricultura viria sim, mesmo que de maneira lenta, a se subordinar à indústria. O progresso tecnológico acabaria por transformar a agricultura num ramo da indústria, o que acarretaria um maior desenvolvimento das grandes propriedades em relação às pequenas. Porém esse processo não eliminaria os pequenos proprietários na medida em que poderiam persistir no meio rural, desde que desenvolvessem formas de trabalho acessório (agrícolas ou não) que permitisse sua reprodução social (Schneider, 1999: 88).

Já Chayanov entende o equilíbrio, ou seja, o balanço entre trabalho e consumo como o ponto principal para o entendimento de como os camponeses garantem sua reprodução social. A pequena exploração agrícola pode ser caracterizada por representar uma unidade de produção e de consumo ao mesmo tempo. Isso nos remete ao conceito de estratégia, que consiste na adequação das necessidades da família à conveniência técnica em um determinado sistema de produção. Assim, quando há situações em que falta terra, sobra força de trabalho ou a produção não é suficiente para manter as necessidades da família, os camponeses tendem a buscar atividades artesanais ou não agrícolas para suprir essa carência e garantir o equilíbrio entre trabalho e consumo.

Podemos definir mais amplamente a pluriatividade como um fenômeno pelo qual membros de uma mesma família rural optam por exercer diferentes atividades desde que se mantenham ligados à agricultura e à vida no espaço rural, isto é, uma das atividades, não necessariamente a principal, deve continuar sendo a agricultura. A prática dessas diferentes atividades depende da decisão da família, mesmo que influenciada por fatores externos, tais como a política agrícola, o excesso de mão-de-obra, a falta de terras úteis ao plantio, entre outros (SCHNEIDER, 1998:113-114).

A combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas pode ser entendida como uma estratégia de reprodução das famílias, que permanecem mantendo seu vínculo com a agricultura ou agropecuária.

Para se compreender a agricultura familiar devemos levar em conta alguns aspectos, sendo que o trabalho é um deles e não a única chave para a delimitação desta forma de produção. As unidades familiares utilizam basicamente a mão-de-obra familiar, mas podem contratar ajuda externa em caráter temporário ou em casos eventuais.

Outro aspecto que nos ajuda a compreender a agricultura familiar são os fatores climáticos e relacionados ao solo que agem decisoriamente sobre a produção. Mesmo com o avanço tecnológico e químico, o clima, principalmente, continua afetando muito a produtividade.

Mais um eixo importante se refere à economia e à política da região onde está inserida a produção. Fatores políticos e econômicos interferem nas decisões tomadas. Dois exemplos são o do Vale do Caí, no Rio Grande do Sul, onde há a presença de indústrias do setor calçadista e a região do Vale de Itajaí, em Santa Catarina, onde predomina a indústria têxtil. Essas indústrias são importantes fontes de empregos para a população local, tanto urbana quanto rural.

Unidades familiares subsistem mesmo quando os preços de seus produtos estão muito baixos, porque a força de trabalho, na sua maioria, é familiar, portanto não remunerada, e grande parte da subsistência está garantida. Esta realidade, entretanto, se alterou com a migração dos jovens para as cidades. Com menos força de trabalho disponível e sem condições de manter a produção na propriedade, muitos pais acabaram deixando o campo também.

Para se entender a pluriatividade, tem-se que levar em conta o conceito de estratégia, que vem a ser o modo pelo qual os atores encontram maneiras de se manterem na agricultura familiar. Essas maneiras nos remetem à compreensão de que a contratação de força de trabalho eventual, a inserção nos mercados e a própria pluriatividade não significam uma mudança estrutural, não transformam a agricultura familiar em empresarial ou capitalista.

Segundo Fuller (1990), citado por Schneider (1999:122), as famílias optam pela pluriatividade a partir das condições favoráveis ou desfavoráveis que lhes são apresentadas. A estratégia vai depender da percepção que os agricultores têm da realidade que vivem. Para este autor, é preciso buscar na família os mecanismos

pelos quais ela se torna pluriativa e de que modo exerce essa pluriatividade, já que é no espaço da unidade familiar que as decisões são tomadas. A família é aqui entendida como um grupo social ligado por consangüinidade, que compartilha do mesmo espaço, não necessariamente a mesma habitação, mas a mesma unidade familiar (Id. Ibid. :132). É nesta unidade que se definem as estratégias de reprodução, sendo a pluriatividade uma delas, e nesta estão contidas a agroindustrialização e as novas formas de comercialização.

Uma das preocupações nos estudos acerca da pluriatividade é de como sua dinâmica ajudaria na solução de problemas comuns à atividade da agricultura familiar, como a instabilidade da renda na propriedade, a crescente migração, a falta de ocupação das pessoas no próprio rural. Apesar da importância dessas preocupações, pouco se tem questionado em relação às implicâncias de gênero e geração, ou como a pluriatividade pode transformar as relações existentes no interior das famílias.

Diversas pesquisas, principalmente no sul do país, têm destacado que a pluriatividade se desenvolve bem entre os agricultores familiares, como mostram Schneider (1999, 2003, 2003b) Mattei (1998) e Carneiro (1996). Nestes estudos verifica-se que o maior contingente de famílias pluriativas se dá em determinadas regiões e situações. Uma delas é o Vale do Itajaí em Santa Catarina, onde predomina a indústria têxtil, como já dissemos, o que permite que um ou mais membros da família se dediquem às atividades agrícolas enquanto outros, à indústria.

Outro fato interessante em Santa Catarina dá-se na região oeste, mais precisamente nos municípios de Seara e circunvizinhos, onde presenciamos, por certo período, uma agroindústria de alimentos que mantinha transporte para buscar agricultores nas comunidades rurais e levá-las para trabalhar na empresa. Com o fim do transporte, algumas pessoas mudaram-se para a cidade sede da empresa e continuaram com seus empregos, outros abandonaram o emprego e retornaram às atividades agrícolas.

Este tipo de pluriatividade onde pessoas de uma mesma família combinam ocupações agrícolas com não agrícolas é considerada clássica, ou seja, "a interação intersetorial da agricultura com outras atividades econômicas" (SCHNEIDER: 2003b: 7).

Seyferth (1983-84), estudando colonos-operários em Guabiruba/SC, associou o trabalho destes agricultores fora da unidade familiar à insuficiência de terras e às condições favoráveis a este trabalho. Segundo ela, a escassez de terras começou a se delinear na mesma época em que as indústrias têxteis de Brusque começaram a crescer e demandar mão-de-obra, por volta de 1930/40. Os “colonos” com pouca terra passam a trabalhar nas fábricas, sem deixar de ser colonos, de tal modo que a pequena cidade passou a ter um grande contingente de “colonos-operários”. Como as fábricas tinham três turnos de atividades, estas possibilitavam que os trabalhadores dedicassem oito horas de trabalho como operários e mais algumas na propriedade.

Segundo esta mesma autora, o trabalho acessório sempre esteve presente como suplementação de renda em algumas economias camponesas, tanto que Kautsky e Franklin já haviam demonstrado isso na Alemanha (Id. Ibid. : 84).

A remuneração proveniente do trabalho nas fábricas é somado à renda familiar, não importando quem esteja realizando o trabalho. Essa renda é administrada pelo pai, chefe da família. Isso nem sempre acontece de forma harmônica e sem conflitos, como destaca a autora. “Deve ser observado que a autoridade paterna, bem como a tradição, invocada neste caso, nem sempre são suficientes para contornar o descontentamento dos jovens com esta situação” (SEYFERTH, 1983-84: 84). Este descontentamento acentuou-se com o passar do tempo e Stropasolas (2002) mostra que hoje é mais comum a situação em que quando os filhos (homens e mulheres) trabalham fora da propriedade, administram sua própria renda.

Além dessa forma de pluriatividade podemos também destacar a que muitos autores denominam como pluriatividade agrária, ou seja, aquela que se desenvolve no interior do setor agrário. Pode ser caracterizada pela prestação de serviços com máquinas agrícolas ou em atividades sazonais como plantio e colheita. Pode ocorrer com maior frequência em regiões dominadas por cultivos de monoculturas.

Outra possibilidade para o desenvolvimento da pluriatividade agrária é o trabalho temporário nas agroindústrias familiares. Geralmente esses empreendimentos recorrem ao serviço de terceiros em certos dias da semana, como é o caso, por exemplo, dos dias de abate nas agroindústrias de suínos e aves. Os prestadores de serviço trabalham ali um ou dois dias da semana ou mesmo um só período do dia.

Outra face da pluriatividade, e a que nos interessa de modo especial, é a denominada atividade para-agrícola, nos termos de Schneider (2003), onde se encaixam o processamento e a industrialização dos produtos agrícolas. Assim denominamos as agroindústrias de pequeno porte por entendermos que ao transformar e comercializar os produtos elas desenvolvem atividades não agrícolas, mas conservam as atividades agrícolas. Esse esclarecimento torna-se necessário porque em muitas agroindústrias apenas se processam os alimentos, a matéria-prima é adquirida de outros produtores.

A pluriatividade não é um fenômeno observado apenas no Brasil, segundo estudo de Carneiro (1998:150). Na França, em regiões desfavoráveis à intensificação agrícola, foram incentivadas atividades turísticas e relacionadas ao beneficiamento de alimentos como queijos, iogurtes, geléias, sucos, que garantem a permanência de famílias e a continuidade da agricultura. Essa pesquisa trouxe contribuições para nossa análise.

A pluriatividade começou a ser vista com melhores olhos na França até mesmo por organizações socioprofissionais, o que não acontecia no passado. Estas passaram a considerar o lugar das atividades complementares na manutenção da atividade agrícola em pequenas propriedades como contribuindo para a preservação do meio ambiente, na medida em que diminui a exploração agrícola em áreas desfavorecidas. O agricultor pluriativo passa a ser a solução das áreas agrícolas desfavorecidas. A pluriatividade é encarada, então, como resistência à ação modernizadora francesa que instituiu um único modelo produtivista (CARNEIRO, 1998:153).

Segundo a autora, os estudos recentes sobre a pluriatividade nos levam a pensar sobre a adequação ou não deste termo para identificar o conjunto de práticas diversificadas que caracterizava mais um estilo de vida, um modo de sobrevivência de grande parte da população rural, do que uma nova forma de reprodução familiar (Id. Ibid: 155).

O pequeno produtor sempre recorreu a formas complementares para aumentar a renda extraída da produção agrícola. Seja em serviços de marcenaria, de ferraria, de venda temporária da força de trabalho, que se misturavam às atividades agrícolas. Por esse motivo a pluriatividade nunca havia atraído o interesse dos historiadores. Ela não era reconhecida como um fenômeno à parte da produção agrícola.

Com a crise gerada pela modernização na agricultura, as atividades não-agrícolas ganharam mais atenção na medida em que a caracterização desta nova unidade não era mais “a organização coletiva da produção e do consumo, mas a capacidade de gerar coletivamente o capital econômico, social e cultural em vista da reprodução biológica e social dos indivíduos” (CARNEIRO, 1998:160).

Para autores como Gerbaux (1988) e Muller (1987), citados por Carneiro (1998), essa nova maneira de resolver o problema da sobrevivência no campo estava mudando a estratégia tradicional do produtor, em direção a uma estratégia empresarial, pois este passou a desenvolver e gerenciar atividades de beneficiamento, comercialização, turismo, artesanato e serviços, transformando-se no que eles chamam de “camponês-empresário”.

Carneiro observou ainda que as atividades não-agrícolas representam uma importante maneira de desenvolver propriedades antes consideradas marginais. O processamento e a transformação de alimentos, como o queijo, por exemplo, agrega valor ao produto e ocasiona uma renda importante para muitas famílias.

Diversos pesquisadores deste tema, especialmente os ligados ao Projeto Rurbano<sup>21</sup>, têm destacado a importância da pluriatividade na solução de problemas que atingem as populações rurais. Entre as alternativas podemos destacar a elevação da renda das famílias através da combinação de diferentes fontes de renda; a estabilização da renda frente à sazonalidade da agricultura e aos imprevistos climáticos; a contribuição na geração de empregos no meio rural e, por conseqüência, a redução das migrações campo-cidade na medida em que os membros da família continuam na propriedade; o desenvolvimento de mercados locais, ou seja, o aumento da renda gera aumento do consumo e agiliza o comércio local, trazendo benefícios tais como a melhoria de estradas e da infra-estrutura dos municípios; a mudança do padrão do rural apenas como unidade de produção para um local de moradia da família; e, finalmente, uma contribuição para mudanças nas

---

<sup>21</sup> O Projeto Rurbano consiste num grupo de pesquisadores que tem trabalhado com a hipótese de que o meio rural brasileiro, de modo geral, não pode mais ser tomado apenas como o lugar das atividades agropecuárias. Mas, semelhante ao que ocorre em outras partes do mundo desenvolvido, mostra uma crescente diversificação de atividades agrícolas e não-agrícolas. Além disso, com as atividades agrícolas proporcionando cada vez uma renda menor e gerando a migração, as atividades não agrícolas são vistas como um fator positivo no aumento do número de pessoas ocupadas, o que acarreta um acréscimo na renda das famílias que viviam apenas com a remuneração das atividades agrícolas tradicionais. Esse projeto teve e ainda tem como mentor principal o professor José Graziano da Silva/UNICAMP.

relações de poder e de gênero. Este último aspecto é muito pouco estudado, porém observações preliminares permitem pensar em uma alteração nas relações de poder e na hierarquia familiar quando membros de uma família se dedicam a atividades não agrícolas.

### **2.3 – Algumas interrogações acerca dos conceitos**

Questões importantes que se referem à pluriatividade não são respondidas pelos que teorizam sobre esse tipo de atividade. Por exemplo: quem no interior da unidade doméstica é mais frequentemente o responsável pela pluriatividade? São as jovens que se empregam em atividades não-agrícolas e mantêm sua moradia na propriedade? São os homens? São as mulheres? Como é reorganizada a unidade familiar com a inserção de atividades não-agrícolas e para-agrícolas? A pluriatividade é uma consequência do modelo de desenvolvimento existente ou apenas uma resposta a crises conjunturais? Como distinguir o agricultor pluriativo dos que estão em fase de transição para atividades não agrícolas?

Com relação a esta última questão, há uma diferença importante entre autores como Schneider e Carneiro. Enquanto o primeiro enfatiza o caráter estrutural da pluriatividade, Carneiro centra sua análise na própria visão de mundo do produtor. Para ela são pluriativos os que, mesmo tendo atividades não agrícolas, consideram-se agricultores.

Todas essas considerações acerca da pluriatividade não apontam para as questões de gênero e de geração. Há muitas situações diferentes sob o mesmo conceito. No que se refere às diferentes gerações, não somente a inviabilidade econômica da unidade de exploração leva à procura de novas opções de renda. Em uma propriedade muito mecanizada, por exemplo, onde os pais seriam suficientes para executar todas as atividades necessárias, os filhos jovens podem sentir-se estimulados a seguir uma profissão urbana, mesmo que de maneira temporária. Também há diferenças se são os filhos homens ou as filhas mulheres que buscam empregos não agrícolas. Alguns estudos, entre eles Cruz Souza (2003), mostram que muitas mães estimulam as filhas a não continuarem no campo por estarem insatisfeitas com a própria situação. Também essa é uma forma de reduzir o número de dependentes de herança em terras. Quanto ao casal, a diferença se é o homem ou a mulher que exerce atividade não agrícola também é importante. Paulilo (2003)



faz referência ao trabalho de Gasson, Shaw e Winter (1992) que, pesquisando mulheres rurais na Inglaterra, concluíram que, embora se esperassem grandes mudanças no papel da mulher quando ela tem emprego remunerado, isso nem sempre ocorre. Na região estudada, quando somente o homem tem um emprego fora da propriedade, ainda é ele que exerce a chefia do empreendimento agropecuário, o mesmo acontecendo quando só a mulher trabalha fora. A participação da mulher só aumenta quando os dois têm empregos não agrícola e continuam gerindo a propriedade rural.

A pluriatividade se desenvolve de maneira diversa nos diferentes contextos e regiões. Numa região produtora de vinho, por exemplo, as características deste tipo de cultura permitem que em certas épocas do ano o produtor, ou parte de sua família, se dedique a outras atividades, agrícolas ou não, sem o prejuízo desta.

Como vimos, o trabalho acessório sempre existiu entre os camponeses, no entanto, não era caracterizado como um fenômeno a parte. O que o termo ou conceito “pluriatividade” traz de novo, de incomum, é a possibilidade de se pensar políticas públicas para essas categorias. Quando nos referimos às políticas públicas não estamos nos restringindo apenas ao crédito, mas falando de ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social para o campo.

Segundo Carneiro, a categoria “pluriatividade é utilizada para designar situações e processos sociais heterogêneos” (CARNEIRO, 1998:149). A autora, no entanto, não levanta interrogações acerca das questões de gênero. Como a pluriatividade contribui (se contribui) para dar visibilidade ao trabalho das mulheres no meio rural. O turismo rural é um exemplo de inserção das mulheres em atividade não agrícola. Mas o que isso tem trazido de “novo” para a emancipação das trabalhadoras rurais?

No próximo capítulo procuraremos ver as implicações das questões de gênero nas novas formas de reprodução da agricultura familiar.

## Capítulo 3

### Gênero, trabalho doméstico e políticas de crédito para as mulheres

#### 3.1 – Gênero

Enquanto o termo sexo é utilizado para definir as diferenças anatômicas e fisiológicas entre masculino e feminino, o gênero diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres. O gênero está ligado a noções socialmente construídas de masculinidades e feminilidades (GIDDENS, 2005). Três abordagens principais demonstram as diferenças entre sexo e gênero.

A primeira, que se sustenta na biologia, afirma que são os fatores biológicos que geram as diferenças entre os gêneros. A segunda abordagem é a de socialização do gênero, segundo a qual a criança ao nascer tem apenas o sexo biológico, mas seu desenvolvimento se dará através do gênero social. A terceira abordagem vê o sexo e o gênero como produtos socialmente construídos. “Não somente o gênero é uma criação puramente social, que carece de uma ‘essência’ estabelecida, mas o próprio corpo humano está sujeito a forças sociais que o moldam e alteram de várias formas”. (GIDDENS, 2005: 106)

Para este autor, embora os papéis de homens e mulheres variem nas diferentes culturas, não há nenhuma instância conhecida da sociedade em que as mulheres são mais poderosas que os homens. Os papéis dos homens geralmente são mais valorizados e recompensados que os das mulheres. Também em quase todas as culturas as mulheres são responsáveis pelas crianças e pelo trabalho doméstico. Essa divisão do trabalho levou à desigualdade na distribuição de poder, prestígio e riqueza entre homens e mulheres.

Para as feministas radicais, o sistema de patriarcado é a principal causa da subordinação das mulheres. Segundo Sylvia Walby (1990) apud Giddens (2005, 110), o patriarcado é “um sistema de estruturas e práticas sociais em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres”. Esta autora destaca duas formas diferentes de patriarcado: o privado, no qual as mulheres estão subordinadas a um patriarca específico dentro do núcleo familiar; e o público, onde as mulheres participam em domínios públicos, como a política e o mercado de trabalho, mas continuam segregadas da herança, do poder e do *status*.

Gênero não é sinônimo de mulheres. As relações de gênero se constroem com homens e mulheres e afeta toda a sociedade. A compreensão das desigualdades de gênero e suas conseqüências no meio rural são imprescindíveis se quisermos construir um desenvolvimento rural.

A análise das relações de gênero que nos interessa no momento parte da premissa que a divisão de trabalho e as relações entre homens e mulheres não são construídas em função de suas características biológicas, mas é um produto social que legitima as relações de poder. Segundo Scott (1995), gênero é uma construção social, logo, pode ser desconstruída. A primeira desconstrução deve ser em torno da oposição binária dos gêneros masculino-feminino. Louro (1997) diz que essa oposição binária dos gêneros faz surgir outros conceitos dicotômicos como, por exemplo, “produção-reprodução”, “razão-sentimento” e “público-privado”. Esta lógica torna possível naturalizar e tornar fixo um lugar para cada gênero. A idéia de desconstrução trabalha contra essa lógica dicotômica ao mostrar que a oposição é construída e não inerente e fixa. Para Abramovay e Silva (2000), gênero é uma categoria social, que nos permite analisar papéis, responsabilidades, limitações e oportunidades. Estas se dão de forma distinta, para homens e mulheres, no interior da unidade de produção, da família, da comunidade e da sociedade.

Nas sociedades onde predomina a dominação masculina, ou seja, no mundo todo, não é tão fácil transpor este obstáculo, uma vez que uma ruptura supõe mudança de consciência não apenas dos dominados, mas também dos dominantes. Para Bourdieu (1995) a divisão sexual, que assegura a dominação masculina, está fortemente presente nas práticas cotidianas, na ocupação e divisão do espaço, na organização do tempo, ou seja, no *habitus* de cada indivíduo e de tal forma que pareça natural.

A diferença biológica entre masculino e feminino surge para justificar a diferença socialmente construída entre os sexos. Bourdieu (1995) afirma que esse sexismo é um essencialismo que, como no caso de etnia ou de classe, serve para atribuir diferenças sociais a características naturais e biológicas, funcionando como essência de onde se justificam os atos da existência. Esse essencialismo é muito difícil de desarraigar, visto todo um trabalho milenar de socialização do biológico e de biologização do social que faz *“uma construção social naturalizada aparecer como a justificção natural da representação arbitrária da natureza que está no princípio da realidade e da representação da realidade”* (BOURDIEU, 1995: 145).

A divisão sexual do trabalho na pequena propriedade rural é nítida e de caráter patriarcal, pois geralmente quem determina a divisão de funções é o homem, “chefe da família”, muito embora o entendimento “de quem deve fazer o quê” seja passada de geração para geração, tornando-se naturalizado. É o *habitus*, como coloca Bourdieu. Há neste processo de divisão posições distintas para cada membro da família, homens, mulheres, jovens, crianças e idosos. A naturalidade com que é construída a divisão social entre os sexos a torna legítima.

Mudar o *habitus* para as mulheres, ou seja, incorporar outros papéis além dos de mãe, esposa e trabalhadora, não depende apenas delas. Muitas vezes será necessária uma reordenação das tarefas domésticas, com maior participação do marido e dos filhos, para que a mulher assuma um lugar público como, por exemplo, em um sindicato. Quando é o homem que assume esse papel, a mulher, na maioria das vezes, desempenha as funções que seriam dele na propriedade rural com a ajuda dos filhos. Porém, o inverso não é verdadeiro, principalmente se os filhos são pequenos e não há nenhuma filha mulher que possa assumir o papel da mãe.

O peso do *habitus* não é do tipo que se possa suprimir por um simples esforço da vontade, baseado numa tomada de consciência libertadora (Bourdieu, 1995: 147). Assim, não é tão simples conseguir a igualdade proclamada pelos dirigentes sindicais com os quais tivemos contato em pesquisas anteriores (BONI: 2004). A socialização da mulher rural foi e é muito rígida. Ela foi educada para aceitar o que os homens decidem e mesmo quando não aceitam, não lhes é dado o direito de intervir. Decidir sempre foi uma tarefa de seu pai ou de seu marido. Não é tranqüilo, como os dirigentes de movimentos sociais e sindicatos afirmam, buscar a igualdade na família, pois ali existem muitas diferenças. Para a mulher não é fácil abandonar o *habitus* de ser dominada e para o homem é também muito difícil deixar de ser o dominador, mesmo porque dificilmente os homens querem mudar.

O “contrato social”, que sancionou no século XIX a separação entre as esferas produtiva/pública e reprodutiva/privada, destinou aos homens a primeira e às mulheres, a segunda. As identidades e hierarquias de gênero estão fortemente ligadas a esta divisão estrutural. Este contrato fundamental define a importância do trabalho assalariado para homens e mulheres, um dever para os homens e um direito para as mulheres (CAMARERO et alli, 2005: 22).

Também na propriedade, o trabalho do homem está ligado à produção e o da mulher, à reprodução. Os homens se dedicam ao trabalho na lavoura e às atividades

que se destinam ao comércio e ao relacionamento com cooperativas, empresas, bancos, etc. O trabalho da mulher está “mais próximo” da casa: as pequenas criações (vacas de leite, galinhas, porcos); a horta; o cuidado e educação dos filhos, ou seja, as tarefas rotineiras e mais desgastantes, segundo as próprias mulheres. Esses são os trabalhos considerados “leves”. Além disso, muitas mulheres trabalham também na lavoura. Neste espaço, porém, seu trabalho é considerado “ajuda”.

Na separação entre produção e reprodução o homem, chefe de família, é considerado o responsável pela produção e à mulher e aos filhos foram legados os encargos de “ajudantes”. Para Sampetro Gallego (1996), a condição de “ajuda familiar” é confusa, já que os “ajudantes familiares” são trabalhadores que produzem no âmbito da reprodução. Este trabalho gera mercadoria, mas, por se desenvolver no interior das relações familiares, supõe a inexistência de remuneração direta e de identidade profissional clara. A condição de ajudante implica ainda no *status* de quem a pratica, o seu trabalho é subsidiário, ou seja, é tido como menos importante do que o trabalho de quem é ajudado.

Para a mulher, mais do que para os filhos homens, esta situação tende a ser condição permanente. Para o filho, a condição de ajudante é vista como temporária porque é ele quem, na maioria das vezes, vai suceder o pai no comando da propriedade.

“La regla no escrita que prescribe la transmisión de la propiedad y del estatus profesional por vía masculina convierte a las mujeres de familias agrarias en eternas ayudas familiares y por tanto en eternas trabajadoras ‘invisibles’ desde un punto de vista social”. (SAMPEDRO GALLEGO, 1996:84)

Paulilo (1987), estudando mulheres rurais nos estados da Paraíba, São Paulo e Santa Catarina, constatou que o trabalho feminino é tido como leve enquanto o do homem é considerado pesado. O que define se é leve ou pesado não é propriamente a dificuldade do trabalho, mas sim a posição de quem o realiza na hierarquia familiar. Ou seja, ordenhar, cuidar da horta, do jardim, da limpeza casa, cuidar de filhos pequenos e preparar a alimentação da família, tudo isso durante a manhã, é considerado leve.

A propriedade da terra está mais ligada ao homem do que à mulher (PAULILO: 2003). Para a mulher, o acesso a terra se dá através do casamento e, algumas vezes, por herança. Com relação à herança, Paulilo (2003) constatou que em Santa Catarina e nos demais Estados do Sul, nas regiões de colonização alemã e italiana, o costume é o de dividir a propriedade entre os filhos homens. As mulheres só herdam em alguns casos especiais: filhas únicas; ausência de filhos homens; e quando casadas e cuidam dos pais na velhice. Muitos filhos e filhas que saem para estudar ou trabalhar não recebem terra, o que pode nos remeter ao fato de que a herança em terra pode ser vista como um pagamento ao trabalho na propriedade. As mulheres, quando casam, ganham apenas um dote, mesmo quando também trabalham nas lavouras. O valor do que recebem não guarda correspondência com o valor das terras que lhe caberiam se a partilha fosse igualitária.

O fato das mulheres herdarem menos proporcionalmente que os homens evidencia que seu trabalho é menos valorizado, como já foi dito anteriormente, pois é visto como ajuda, como secundário. Segundo Paulilo, nem todos os filhos homens herdam, visto que a quantidade de terra e as condições econômicas da família não permitem. Mas no momento em que alguém tem que ser excluído da partilha, esse alguém é a mulher.

Os direitos de herança têm suscitado importantes discussões. Os códigos civis latino-americanos prevêm que quando uma pessoa morre intestada, a herança deve ser dividida igualmente entre os filhos, independentemente do sexo. Quando há testamento, apenas uma parte pode ser doada livremente. O restante deve ser dividido entre o viúvo ou a viúva e todos os filhos. O que ocorre, no entanto, é que em muitas regiões as mulheres não são consideradas agricultoras, logo, perante sua comunidade, não é legítimo que ela herde. Espera-se que a mulher, na partilha dos bens, abra mão de sua parte da terra na herança, ou que a venda, por um valor irrisório, a um de seus irmãos. As mulheres são constrangidas a vender a sua parte. Quando, mesmo assim, ela herda a terra, sendo casada, o controle efetivo do bem passa para seu marido. Ouvi relato de uma agricultora cuja mãe lhe deixou herança em terra e seu pai a aconselhou a repassar a propriedade para o nome de seu marido.

Porém este trabalho não valorizado, oculto até mesmo nas transmissões de herança, ganha uma nova face no Brasil com a implementação do Pronaf, que tem

previsto em suas linhas de crédito o beneficiamento de produtos como manteiga, queijos, geléias, compotas e conservas que são feitos pelas mulheres, mas que antes ficavam nas cozinhas para o consumo da família e que, agora, passam a ganhar valor comercial, mostrando esta face escondida do trabalho rural: o trabalho feminino.

Muito da produção das agroindústrias familiares é originária do trabalho doméstico das mulheres: queijos, iogurtes, manteiga, geléias, compotas, doces, verduras, conservas, que antes serviam apenas para o consumo da família. Em muitas propriedades, quando esses produtos começaram a ser feitos comercialmente, a administração passou para a mão dos homens. Até mesmo o trabalho, quando mecanizado, foi sendo assumido pelos homens, porque o treinamento e o uso das informações sobre o funcionamento das máquinas são dirigidos aos homens (De Grandi, 1999: 58).

Em relação à igualdade, Deere e León (2002) destacam que, segundo a concepção liberal das políticas públicas, a igualdade de oportunidades se refere às mesmas condições de acesso à educação, saúde, emprego e outros bens sociais. Entretanto, para as feministas, homens e mulheres têm diferentes pontos de partida. Como os homens sempre foram privilegiados, acesso igual não trará igualdade de resultados para homens e mulheres.

Em pesquisa sobre as relações de gênero entre famílias agricultoras associadas à mini-usinas de leite em Santa Catarina, De Grandi constatou que grande parte do trabalho era realizado por mulheres e jovens (moças e rapazes), mesmo onde parte dele foi mecanizado. A administração da atividade leiteira, que antes da implantação das mini-usinas era das mulheres, passou a ser dos homens. Na maioria das famílias os associados eram os homens e as reuniões aconteciam em horários que coincidiam com trabalho da ordenha feito pelas mulheres, assim, sua participação nas decisões coletivas ficava ainda mais prejudicada. Na opinião de muitos homens “(...) elas tinham menos consciência do que era administrar um negócio porque não tinham experiência pública, por isso não saberiam continuar com os projetos” (DE GRANDI, 2000: 42).

Fato semelhante aponta Melo (2003: 77) ao estudar a cadeia produtiva do leite no oeste de Santa Catarina, onde antes do produto ter um valor comercial ou quando tinha um valor comercial menor, era administrado pelas mulheres e, ao propiciar mais lucros, a renda passou a ser gerida pelos homens.

*“Antes de o leite se transformar em produto de comercialização freqüente, a renda obtida (principalmente da venda ocasional de produtos transformados, como queijo, manteiga, nata ou outros derivados) era utilizada para adquirir bens não produzidos na propriedade (como sal, café, roupas, tecidos, medicamentos e educação dos filhos) e para pagar a conta mensal de energia elétrica. Por esse motivo, muitos agricultores a chamavam de “renda da cozinha”, que, em geral, cabia à mulher administrar.” (MELLO, 2003:77)*

Outro fator relevante em relação às agroindústrias de pequeno porte é o fato delas absorverem mão-de-obra familiar como a dos filhos e filhas, que, sem a instalação das mesmas, poderiam migrar para as cidades em busca de emprego e renda própria. Stropasolas, ao estudar jovens rurais em Ouro/SC, constatou que o trabalho nos aviários, muitas vezes, era delegado às moças, abstendo-se essas do trabalho na lavoura. Ao mesmo tempo que esses trabalhos passam a ser tarefa de jovens e mulheres, a divisão dos recursos obtidos (quando obtidos) e...

*“as decisões envolvidas na alocação destes recursos não são apropriadas e legitimadas por todos os membros do empreendimento familiar, persistindo, ainda, desequilíbrios de gênero e geração que ocasionam constrangimentos e descontentamentos entre jovens, de maneira geral, e as mulheres, em especial” (STROPASOLAS: 2002, 141).*

Essa maneira de distribuir o trabalho e a renda na propriedade que dá mais liberdade aos rapazes e menos às moças gera migração feminina. As moças vão para as cidades à procura de empregos que lhes proporcionem renda própria que possam administrar à sua maneira. Esta renda possibilita também maior liberdade e autonomia. Mesmo não se desligando totalmente do núcleo familiar, pois os empregos buscados geralmente são em municípios próximos, a vivência urbana afeta consideravelmente o retorno delas ao campo, uma vez que procuram se profissionalizar e criar família na cidade.

Em pesquisa no Rio Grande do Sul, Brumer (2004) levanta várias explicações para que a migração de moças no meio rural gaúcho seja maior que a dos rapazes. Dentre elas está a invisibilidade do trabalho feminino, a divisão do trabalho que beneficia os homens, a falta de oportunidade para as mulheres no gerenciamento da renda e das atividades, a exclusão na partilha da herança e a maior oferta de trabalho para as moças fora das propriedades, mesmo que este seja mal remunerado. A saída das mulheres vem contribuindo para a masculinização das



regiões onde predomina a agricultura familiar. Como consequência, temos a possibilidade de aumento do celibato masculino, questão que já preocupava países como a França<sup>22</sup> já nos anos 60.

### **3.2 - Trabalho doméstico – a face oculta**

Grande parte das tarefas que as mulheres exercem, seja como trabalho não remunerado, seja como doméstico, permanece oculta e sem reconhecimento social.

A agricultura e o meio rural se revelam como um laboratório para refletir sobre o trabalho das mulheres. Na frustração dobrada (do trabalho rural e doméstico) está a raiz do êxodo juvenil feminino e a atração das jovens pela cidade (CAMARERO et alli, 2005: 17).

O trabalho doméstico tido por muito tempo como não econômico, logo improdutivo, volta a ser discutido no meio acadêmico e político com mais ênfase nos últimos tempos. Como contabilizar o trabalho das mulheres dentro de casa, se até mesmo o trabalho realizado nas lavouras não é considerado trabalho produtivo e sim como ajuda ou complemento ao do marido?

Onde “encaixar” o trabalho doméstico sempre foi uma preocupação tanto para os economistas, como para sociólogos, antropólogos e feministas. Mesmo quando a mulher não trabalha fora de casa e não possui uma renda, ela contribui economicamente, não só por realizar o trabalho doméstico não remunerado, mas por transformar o salário do marido, através do seu esforço, em um meio de reprodução da família (WOORTMAN, 1987 apud PAULILO, 2005).

A masculinização do campo e o celibato dos agricultores põem em risco a própria reprodução da agricultura familiar que, na Europa, continua sendo a base da agricultura. Incorporar a análise de gênero implica começar a considerar as relações entre homens e mulheres como um elemento-chave na sobrevivência desta forma de produção agrícola.

Estudos realizados na Espanha<sup>23</sup> têm mostrado que as agências de desenvolvimento rural vêm incorporando a idéia que a permanência das mulheres no campo é condição “sine qua non” para a viabilidade social das áreas rurais. E

---

<sup>22</sup> Bourdieu (1962).

<sup>23</sup> No Brasil não há ainda muitos estudos sobre empreendedoras rurais, portanto os estudos realizados na Espanha são importantes.

esta permanência implica em oferecer condições e alternativas de qualidade de vida, especialmente em relação às expectativas das novas gerações (SAMPEDRO GALLEGO et alli, 2005: 5).

A população rural espanhola é uma população de idosos e uns poucos jovens; a expectativa de vida da mulher é maior que a dos homens. Segundo Sampedro Gallego et alli (2005: 7-9), além do envelhecimento há uma forte masculinização do campo com a saída das jovens. Nas regiões mais interioranas essa tendência se intensifica. Nas regiões metropolitanas há um equilíbrio maior.

É neste contexto que Sampedro Gallego et alli (2005) analisa a situação das empreendedoras rurais espanholas. Em qualquer um destes casos, as empreendedoras aparecem como “resistentes” a um processo que as impele a sair do campo.

“Ante o envelhecimento e a masculinização no campo espanhol, as empreendedoras aparecem como resistentes numa paisagem social em que tudo encaminha para o êxodo. Uma paisagem em que a população idosa também exige mais cuidados, competindo com as atividades produtivas” (CAMARERO et alli, 2005: 67. Tradução nossa).

Nesta linha de pensamento, as mulheres rurais ascendem ao empresariado em função da posição que ocupam dentro do âmbito familiar. Na Espanha, como coloca Sampedro Gallego (2005: 15), as empreendedoras geralmente possuem mais estudo que os maridos. A mulher empreendedora existe, porém, inserida na unidade familiar e fortemente condicionada por tal inserção e não isolada ou como sujeito individual como as políticas de desenvolvimento rural da Espanha as concebem.

Neste sentido, os autores definem dois tipos de empreendedoras rurais. O primeiro tipo é o da “empreendedora invisível”. Aqui o negócio familiar é levado por ambos os cônjuges e a mulher pode realizar maior ou menor volume de trabalho que o marido e ter poder de decisão tanto quanto ele, mas sua condição, perante as políticas públicas, é de uma empreendedora invisível, socialmente oculta. O segundo é o da “empreendedora dependente”, quando o negócio é levado só pela mulher, como uma parte da economia familiar. Neste caso a atividade é vista como complementar às demais atividades da unidade familiar ou ainda como um simples capricho ou entretenimento para as mulheres.

Algumas habilidades adquiridas no processo de socialização de gênero se convertem em recursos capazes de serem utilizados nos processos

empreendedores. Fato semelhante se dá nas agroindústrias familiares onde certos trabalhos são delegados às mulheres, por terem elas mais agilidade para realizá-los. Assim também ocorre na indústria onde tarefas que necessitem de atenção e destreza maiores são feitas por mulheres.

Em outra pesquisa realizada na Espanha sobre trabalho feminino, a análise dos dados permite apontar como primeira conclusão a continuidade das desigualdades entre homens e mulheres em relação ao mercado de trabalho; os homens se dedicam mais ao trabalho mercantil e as mulheres, mesmo inseridas no mercado, vêem sua participação no trabalho doméstico como maior que a de seus companheiros.

*“En cualquier caso, el problema que se presenta con las categorías laborales nos es sino reflejo de un tema mucho más profundo: la ceguera histórica (masculina) de la economía en el análisis social, que se le ha impedido reconocer como procesos económicos todo aquello que tiene lugar al margen del mercado. De esta manera, sus análisis, sus resultados y – más grave aún – sus propuestas de política económica pueden llegar a ser no sólo parciales, sino incorrectas, ya que excluyen procesos fundamentales ligados a la reproducción de la población”. (CARRASCO et alli, 2004:240)*

Vários economistas denunciaram a contradição teórica inerente à exclusão do trabalho doméstico do âmbito econômico, entre eles Alfred Marshall. No seu livro “Princípios de Economia”, editado em 1890, já reconhecia a existência de “alguma inconsistência na omissão do pesado trabalho doméstico realizado pelas mulheres e outros membros da família” (CARRASCO et alli 2004 – tradução nossa). Segundo este autor o fato da mulher costurar suas roupas ou o homem cuidar do jardim ou fazer reparos na casa deve equivaler ao valor ou ao trabalho de uma estilista, um jardineiro ou carpinteiro que seriam contratados para a realização do serviço.

Mais adiante, em 1910, este mesmo autor justificou a não contabilização da produção doméstica não remunerada pelas dificuldades estatísticas que dificultam estimar o valor desta produção (Ib. Ibid).

Uma das características do trabalho doméstico é produzir bens e serviços não destinados à venda, mas ao consumo familiar (auto-consumo), se realiza no interior da família, não é assalariado. Seu objetivo é a obtenção de recursos para a reprodução da força de trabalho e existe uma relativa liberdade durante o processo de trabalho.

Segundo Woortmann (1987: 87/88), citado por Paulilo (2005), a divisão social do trabalho no grupo doméstico atribui ao homem da casa o papel de provedor e à mulher (esposa/mãe), o de prestadora de serviços. Para ele, as atividades das mulheres não são menos econômicas que a de seus maridos uma vez que, com os recursos disponíveis, “elas produzem bens e serviços para os membros da unidade doméstica” e que, mesmo não remunerado, seu trabalho gera renda na medida em que a unidade doméstica não se reproduziria somente com o trabalho (produtivo) do marido.

Paulilo (2005: 6) afirma que é na Era Moderna que surge a “noção de trabalho doméstico como ‘improdutivo’ e hierarquicamente inferior ao ‘produtivo’ e desta hierarquia deriva a visão do trabalho da mulher rural como ajuda ao do marido, quase como um não-trabalho”. Retomando idéias de Hannah Arendt, esta autora diz que esta noção de “produtivo X improdutivo” deriva ainda da distinção entre labor e trabalho. O labor como designava, na Antiguidade Clássica, as atividades relacionadas ao auto-consumo podia ser realizado pelos escravos, afinal era considerado inferior.

Assim, podemos perceber, através desta valorização do que pode ser vendido e gerar renda porque o trabalho doméstico é desconsiderado. Na agricultura o trabalho de mulheres, crianças, idosos e jovens nas lavouras ou em outras atividades econômicas ou “próximas à casa”<sup>24</sup>, pode ser considerado ajuda mesmo fazendo parte do que é considerado produtivo.

Uma das razões para isso é o fato de o homem (pai/esposo) ser considerado o provedor da unidade. É ele também, na maioria das vezes, o detentor da titulação de propriedade da terra e, anteriormente, também do bloco de produtor rural necessário para a comercialização da produção. A partir de 1992, entrou em vigor a Constituição de 1988 que concede direitos previdenciários<sup>25</sup> à agricultora mediante a comprovação da atividade produtiva. Assim, progressivamente, as esposas foram juntando seu nome ao bloco do marido ou adquiriram um em seu nome. Em relação à titulação da terra, mesmo sendo casadas sob o regime de Comunhão Universal de

---

<sup>24</sup> Tepicht se refere a isso em termos de “forças marginais”. “Na maior parte das unidades camponesas da Europa, o essencial dos trabalhos da lavoura é assegurado pelo chefe da família e pelos membros da família que se encontram em plena força. Já o serviço dos estábulos, dos chiqueiros e o que se refere aos pequenos animais é garantido sobretudo pelo trabalho em tempo parcial das mulheres crianças e velhos, além das margens de tempo disponíveis pelo chefe da família, em suma, pelas ‘forças marginais’ da unidade produtiva”. (TEPICHT, 1973 apud ABRAMOVAY, 1998: 74)

<sup>25</sup> Os principais direitos previdenciários que beneficiam as trabalhadoras rurais são a aposentadoria aos 55 anos, auxílio maternidade e auxílio doença.

Bens, muitas mulheres rurais não se atentam para o fato de terem os mesmos direitos que seus maridos sobre a propriedade.

Sobre isso Deere e León (2002) dizem que, estando casada sob o regime da Comunhão Universal de Bens, a mulher poderia ter certo grau de barganha dentro da relação, pois em caso de divórcio (muito raro na agricultura familiar) ou viuvez, metade dos bens lhe pertence. Isso, no entanto, não garante muita segurança à mulher já que seu marido pode fazer boa ou má administração deles enquanto estiverem casados. O resultado de pesquisas feitas por essas autoras na América Latina demonstra o fato de que, primeiro, nem toda a renda gerada pela família como um todo é reunida em um fundo comum. Segundo, a renda comum não será, necessariamente, gasta por todos na mesma proporção; a renda controlada pela mulher pode contribuir mais na garantia da alimentação da família e no bem-estar dos filhos, enquanto que o homem tem mais probabilidade de gastar parte da renda com desejos pessoais, como bebidas alcoólicas e fumo.

Diversos estudos e experiências demonstram que, principalmente no sul do país, a renda obtida pelas mulheres com a venda de ovos, galinhas, queijos e leite (em pequenas quantidades) é destinada à aquisição de utilidades domésticas, enxovais para as filhas e pagamento da energia elétrica. A renda, na verdade, é destinada à casa e ao bem-estar da família e não somente à mulher.

Deere e Leon (2002) observaram ainda que em regiões agrícolas do Norte do Peru, camponeses pobres, ao fazerem suas vendas no mercado, gastavam boa parte da renda nos bares, sendo então a autonomia feminina uma questão de sobrevivência para as mulheres e os filhos. Pesquisas realizadas por elas na região serrana da Guatemala e no Equador mostraram que, na divisão dos alimentos, o homem pai de família era sempre o mais bem servido, isto é, recebia as maiores e melhores porções. Isso não se deve à energia que ele gasta, pois as mulheres também desempenham papel ativo na agricultura, mas pelo seu papel de chefe do grupo doméstico.

À primeira vista pode-se atribuir essas desigualdades a alguma forma de “atraso”, sobrevivência de épocas passadas. Porém, a modernização também favoreceu o homem. Como coloca Sampedro Gallego (1996), a modernização do mundo rural foi feita mais com tratores do que com equipamentos domésticos. Houve um interesse muito maior na aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas do que na compra de equipamentos que facilitassem o trabalho doméstico,

como máquinas de lavar roupa, por exemplo. Segundo esta autora, em 1982 na Espanha, das 877 propriedades rurais que possuíam tratores próprios somente 389 casas possuíam água corrente, 192 possuíam banheiro e 628 tinham chuveiro (SAMPEDRO GALLEGO, 1996:92).

Os cursos profissionalizantes voltados para o trabalho produtivo privilegiam os homens. A maioria dos cursos que são dirigidos para as mulheres tem como objetivo qualificá-las como donas de casa. São cursos de corte e costura, de processamento de geléias, queijos e panificados.

No Brasil, uma política pública recente voltada para as mulheres trabalhadoras rurais foi a criação de uma linha de crédito direcionada especialmente para a mulher dentro do Pronaf, o Pronaf Mulher. Após algumas tentativas, até mesmo com o estabelecimento de cotas dentro do programa como um todo, foi estabelecida esta linha específica. Embora não tenham sido efetuados muitos contratos, a procura e o interesse pelo crédito, por parte das mulheres, são consideráveis. Alguns problemas interferem na obtenção dos recursos. Dentre eles estão: a falta de titulação da terra em nome das mulheres (quando está apenas no nome do marido inviabiliza o contrato); a falta de documentação, pois muitas mulheres não possuem CPF, Carteira de Identidade e Bloco de Produtora Rural, ou o seu nome junto ao bloco do marido. Em pesquisa desenvolvida no Paraná pelo Departamento Sindical de Estudos Rurais e coordenada por Menasche e Escher (1996), entre pequenos produtores de leite no Paraná, temos que, em apenas 20% dos casos, a nota do leite saía em nome do casal (marido e mulher). Em outros 14% a nota referia-se à esposa e em 66%, somente o marido era contemplado. Devemos ressaltar que a participação feminina na atividade leiteira é bastante alta.

### **3.3 - O uso do tempo**

Em pesquisa realizada pelo Instituto de la Mujer sobre o trabalho doméstico na Espanha verificou-se que os homens passam a ter maior participação no trabalho familiar doméstico quando seu trabalho de mercado se conclui, ou seja, a partir de sua aposentadoria. Já as mulheres se dedicam mais à casa quando há filhos pequenos e procuram dividir o tempo entre cuidar dos filhos e das tarefas domésticas. Com o crescimento dos filhos, voltam para o mercado de trabalho. Sua

participação no lar volta a crescer quando se aposentam, assim como os homens. A chegada do primeiro filho é um fator decisivo no abandono do trabalho remunerado. “En la mayoría de las situaciones, la llegada de los hijos/as ha provocado que al menos uno de los miembros de la pareja se vea forzado a modificar sus horarios y/o su dedicación al trabajo mercantil” (CARRASCO et alli, 2003:287). Este membro é, na maioria dos casos, a mãe. Muitas mulheres recorrem ao auxílio de alguém da família, geralmente a mãe ou a sogra, para auxiliá-la com os filhos e os afazeres da casa e assim poder dedicar-se ao trabalho fora de casa.

A organização do tempo leva em conta o trabalho produtivo. Para as mulheres que trabalham fora, quando termina o trabalho extra-lar ainda lhe resta o doméstico e a vida cotidiana deve adaptar-se a eles. “La vida de los hombres está claramente determinada por su tiempo dedicado al trabajo de mercado y, el tiempo que les queda, puede dedicarse a ocio u otras actividades y, en menor medida, al trabajo familiar domestico”. (Id Ibid: 302)

A análise do tempo dedicado aos diversos tipos de trabalhos segundo a perspectiva das estratégias familiares de subsistência e reprodução é fator importante no estudo sobre “trabalho produtivo X improdutivo” e a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Às mulheres cabe desenvolver essas estratégias de compatibilização entre as atividades direcionadas ao mercado e as que garantem a reprodução da unidade doméstica.

A situação das mulheres é mais complicada visto que devem adaptar o seu tempo ao trabalho remunerado, ao trabalho doméstico, ao cuidado com os filhos pequenos (quando for o caso) e o pouco tempo que é dedicado ao descanso. No estudo realizado pelo Instituto de la Mujer da Espanha verificou-se que do total do trabalho doméstico entre as trabalhadoras urbanas que trabalham também fora de casa, mais de 50% é das mulheres. Além disso, os homens “repassam” para as mulheres parte da sua cota no trabalho doméstico. Podemos dizer, então, que elas realizam uma porcentagem muito superior a 50%. Assim, as mulheres fazem arranjos para conseguirem manter um trabalho fora de casa sem afetar seu trabalho doméstico e o cuidado com os filhos ou pessoas idosas, quando há.

A situação encontrada na Espanha é apenas um exemplo do que acontece no mundo todo e o Brasil não foge à regra.

Ao estudar o trabalho feminino em uma comunidade rural e pesqueira do nordeste do Pará, Almeida (2002:85) constatou ali o que ocorre na maioria das

áreas rurais, ou seja, homens e mulheres dividem uma grande variedade de tarefas, mas recai sobre a mulher a maior parte das responsabilidades domésticas sem que seja levada em conta sua importância na esfera da produção. Nesta comunidade, a maioria das mulheres trabalha na roça ou na pesca, mas antes de saírem para pescar ou para o roçado desempenham seu “papel” na casa. Ali também, o cuidado com os filhos e a atenção aos deveres escolares, o cuidado com pessoas idosas e/ou doentes recai mais sobre a mulher. A participação dos homens se dá quando a mulher não pode realizar as tarefas por estar doente ou porque “ganhou” um filho e não dispõe da ajuda de filhas ou de familiares e vizinhas.

No âmbito doméstico o trabalho da mulher é naturalizado. Nas atividades produtivas ele é tido como complemento, já que seu trabalho na pesca é mais em terra e na tiragem de caranguejos, já que poucas mulheres embarcam e, no roçado, é o mais “leve” (plantio, capina e colheita) ao contrário do trabalho “pesado”, realizado pelo marido ou companheiro (derruba, queimada e coivara). Esta divisão sexual do trabalho não tão rígida depende muito das condições materiais da família, onde há necessidade econômica e falta de mão-de-obra masculina, como filhos homens em idade produtiva, por exemplo, a mulher vai para a roça e pesca com o marido desempenhando as mesmas atividades.

São as mulheres que estão tentando compatibilizar ambos os trabalhos. Para as mulheres agricultoras do meu estudo, o trabalho na agroindústria ao invés de na roça, ajuda na compatibilização com os outros trabalhos, o doméstico, o cuidado das crianças e a lida na horta, jardim e pequenas criações.

### **3.4 - Gênero e políticas públicas**

Na perspectiva de gênero, as políticas públicas voltadas às necessidades das mulheres devem atuar no sentido de corrigir desigualdades e construir uma sociedade mais igualitária. Para Cruz Souza (2005: 5),

“se trata de construir los canales de participación ciudadana, tanto para hombres como para las mujeres, considerando las especificidades del sistema de dominación fundamentados en las diferencias de género, que, por ejemplo, tiende a limitar sistemáticamente la participación de las mujeres en determinados ámbitos de la vida pública”.



### 3. 4.1 - O Crédito

O Pronaf foi criado em 1995 e implantado oficialmente em 1996 pelo Ministério da Agricultura. Em 1999 passa para o recém criado Ministério do Desenvolvimento Agrário, onde se mantém até hoje. Desde sua implantação vem sofrendo alterações e ajustes como a inclusão de uma linha de custeio conhecida como “Pronafinho”, o Pronaf Agroindústria e Agregar, a inserção das famílias assentadas pela Reforma Agrárias, os pescadores artesanais e os quilombolas e, mais recentemente, a criação do Pronaf Jovem e do Pronaf Mulher.

O Pronaf foi resultado de um grande debate e da demanda dos agricultores familiares por meio de suas entidades representativas. O que era inicialmente para ser um grande projeto de desenvolvimento para a agricultura familiar brasileira, acabou se transformando em apenas uma política de crédito.

Há na operacionalização do Pronaf muitos problemas. Um deles ocorre por ser operado através dos bancos convencionais. Segundo especialistas, esses problemas não serão sanados enquanto esses bancos detiverem a maior parte da operação deste crédito, porque o objetivo do sistema bancário é a obtenção de lucros. Além disso, outro problema enfrentado refere-se à visão que muitos funcionários dos bancos têm dos agricultores familiares, que é ainda muito preconceituosa. Para a obtenção de resultados mais positivos, todos deveriam ter sido preparados para esta nova função, instituições e funcionários, o que não vem ocorrendo.

Dentre as linhas de crédito que nos interessam no momento estão o Pronaf Agroindústria – Agregar que, como falamos rapidamente no capítulo anterior, pretende atender os agricultores em projetos de custeio e investimento, inclusive infra-estrutura, que visem o beneficiamento, o processamento, a industrialização e a comercialização da produção agropecuária. A outra linha é o Pronaf Mulher, sobre o qual falaremos agora.

O enquadramento dos agricultores nas linhas do Pronaf também sofreu alterações. O quadro nos mostra a situação atual.

#### **Quadro 1** – Enquadramento dos agricultores no Pronaf<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> A Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP – é fornecida pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Prefeituras Municipais e demais entidades representativas dos agricultores credenciadas pelo MDA.

**São beneficiários do PRONAF os produtores rurais familiares, que se enquadrem nos grupos a seguir especificados, comprovados mediante “Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP”:**

a) Grupo "A": agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária ou beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal, que ainda não foram contemplados com operação de investimento sob à égide do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) ou crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf;

b) Grupo "B": agricultores familiares que:

I - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro;

II - residam na propriedade ou em local próximo;

III - não disponham, a qualquer título, de área superior a 04 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;

IV - obtenham, no mínimo, 30% (trinta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

V - tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento;

VI - obtenham renda bruta anual familiar de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes das atividades rurais;

c) Grupo "C": agricultores familiares que:

I - explorem parcela de terra na propriedade, posseiro, arrendatário, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;

II - residam na propriedade ou em local próximo;

III - não disponham, a qualquer título, de área superior a:

i. 06 (seis) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; quando a atividade principal da exploração for bovinocultura, bubalinocultura ou ovinocaprinocultura;

ii. 04 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor para as demais atividades;

IV - obtenham, no mínimo, 60% (sessenta por cento) da renda familiar oriunda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento;

V - tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária;

VI - obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 2.000,00 e até R\$ 14.000,00, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;

d) Grupo "A/C": agricultores familiares egressos do Grupo "A" (PRONAF Reforma Agrária e/ou PRONAF Reforma Agrária Planta Brasil) e/ou do Procera, *que* não contraíam financiamento de custeio nos Grupos "C", "D" ou "E" e *que* apresentem DAP para o Grupo "A/C";

e) Grupo "D": agricultores familiares *que*:

I - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;

II - residam na propriedade ou local próximo;

III - não disponham, a qualquer título, de área superior a:

i. 06 (seis) módulos fiscais, quantificado segundo a legislação em vigor, quando a atividade principal da exploração for bovinocultura, bubalinocultura ou ovinocaprinocultura;

ii. 04 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor para as demais atividades;

IV - obtenham, no mínimo, 70% (setenta por cento) da renda familiar oriunda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento;

V - tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 02 (dois) empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir;

VI - obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 14.000,00 e até R\$ 40.000,00, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;

f) Grupo "E": agricultores familiares *que*:

I - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;

II - residam na propriedade ou local próximo;

III - não disponham, a qualquer título, de área superior a:

i. 06 (seis) módulos fiscais, quantificado segundo a legislação em vigor, quando a atividade principal da exploração for bovinocultura, bubalinocultura ou ovinocaprinocultura;

ii. 04 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor para as demais atividades;

IV - obtenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da renda familiar oriunda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento;

V - tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 02 (dois) empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir;

VI - obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 40.000,00 e até R\$ 60.000,00, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

**Elaboração própria segundo dados do Pronaf.**

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, os recursos do Pronaf no Plano-Safra 2004-2005 tiveram um aumento de 29% em relação ao ano anterior, passando de R\$ 5,4 bilhões para R\$ 7,0 bilhões. O que impede que esse crescimento seja maior, em parte, é origem dos recursos<sup>27</sup>. Outro dado importante levantado pelo IPEA é a distribuição dos recursos nas regiões, sendo que o Sul ainda concentra a maior parte deles, neste último ano foram 37% dos contratos e 46% dos recursos. No levantamento do IPEA também não encontramos nenhum dado relativo à obtenção de financiamentos pelas mulheres.

### **3.4.2 - O Pronaf Mulher**

A primeira tentativa de garantir o acesso da mulher agricultora ao crédito do Pronaf aconteceu em 2001 com uma portaria que estabelecia que 30% dos recursos deste crédito deveriam ser destinados às mulheres. Essa medida, porém, não mudou muito a posição das trabalhadoras rurais, pois não houve muita procura por desconhecimento dessa política por parte das mulheres e por parte das agências bancárias. Assim foi criada uma linha especialmente para as mulheres em 2003 e passou a valer no Plano Safra 2003-2004<sup>28</sup>.

No primeiro ano, o Pronaf Mulher atendeu apenas agricultoras das modalidades C e D. No momento ele atende as que se enquadram nas modalidades A, A/C, B, C, D e E, independente da condição civil. Da mesma forma que o homem, para obter o crédito, a mulher deve apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, conforme o quadro 1.

O Pronaf Mulher foi criado para atender as necessidades de crédito de investimentos para projetos específicos de interesse da mulher agricultora. Os limites de crédito neste ano (2005) são de R\$ 1.000,00 para as mulheres das modalidades A, A/C e B, com juros de 1% ao ano. Para a modalidade C, o mínimo é de R\$ 1.500,00 e máximo de R\$ 6.000,00 e modalidade D R\$ 18.000,00 com juros de 3% ao ano. A modalidade E pode receber R\$ 36.000,00 com juro de 3% ao ano.

---

<sup>27</sup> Os recursos do Pronaf são oriundos de diferentes fontes: o Orçamento Geral da União – AGU; o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE; o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO; o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO.

<sup>28</sup> Os dados relativos ao Pronaf foram obtidos junto a documentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Banco do Brasil e também em entrevistas com funcionários deste último.

As modalidades A, A/C e B, têm um bônus de adimplência de 25% em cada parcela paga no prazo e a modalidade C tem um rebate de R\$ 700,00 no montante total do empréstimo. Quanto aos prazos de pagamento, as modalidades A, A/C e B têm até dois anos para o pagamento e as demais modalidades até oito anos. No entanto só poderá ser efetuada uma operação do Pronaf Mulher por família. E não serão financiados projetos para aquelas agricultoras cuja unidade familiar está em débitos com as demais linhas do Pronaf.

A criação de linhas de crédito para mulheres tem sido uma maneira de incentivar a participação feminina na agricultura. Segundo Andréia Butto, do MDA, de 1996 a 2002, o Pronaf havia beneficiado apenas 7% de mulheres no total de empréstimos concedidos. É muito difícil obter dados sobre empréstimos requeridos pelas mulheres, ainda porque há mulheres que pegam o recurso, mas não diretamente da linha específica do Pronaf Mulher.

Embora não se possa negar que foi uma conquista, há questionamentos a este incentivo, fatores, tais como:

As políticas públicas e o crédito só prevêm investimentos para a produção. Não existe nenhuma linha de crédito voltada para aliviar o trabalho doméstico no meio rural. Este é um problema exclusivamente das mulheres, sendo dividido apenas entre mães e filhas e sogras e noras, pois há uma espécie de solidariedade geracional.

Esses fatores nos levam a pensar que nem o poder público, nem os sindicatos e as entidades de apoio à agricultura familiar pensam em facilitar parte importante do trabalho das mulheres rurais. Pode-se falar que o mesmo acontece no meio urbano. Mas, neste caso, é mais fácil adquirir alimentos processados ou semi-processados e ter acesso a outros serviços como creches, transportes, etc.

Como é necessário apresentar um projeto técnico, as entidades de apoio à agricultura familiar auxiliarão as mulheres na elaboração de projetos individuais e não de caráter familiar?

O pronaf Mulher vai financiar atividades não agrícolas no meio rural, como máquinas de costura, por exemplo?

Dependendo do enquadramento das agricultoras, o montante possível de financiar será suficiente para ela adequar a produção às exigências de fiscalização e vigilância sanitária se for industrializar?

Como pensar em um crédito para a mulher dentro de uma estrutura como a agricultura familiar? Pois, segundo Sampedro Gallego (1996), a família é ainda vista como uma espécie de organismo blindado e sem contradições internas.

E mais, pensar em políticas públicas de gênero se restringe a dar um pouco de dinheiro à mulher?

## **Capítulo 4**

### **As agroindústrias e as mulheres**

Dois fatores contraditórios são interessantes para analisarmos o novo momento em que se encontra a agricultura familiar do oeste catarinense. Um deles foi a crise enfrentada pelos agricultores, consequência do modelo de desenvolvimento baseado na especialização e na modernização da agricultura. O outro é a revalorização da agricultura familiar que começa a aparecer a partir dos anos 90. Esta última pode ser notada no Estado de Santa Catarina com o apoio dado às Agroindústrias Rurais de Pequeno Porte, fator que tem ajudado na viabilização de muitas unidades de produção familiares.

O processo de beneficiamento de produtos agropecuários seja da forma mais artesanal ou de maneira mais industrial, mas que ainda mantêm os traços de produtos artesanais, está se tornando cada vez mais comum e mais visível. Estudo realizado por Schmidt et alli (1999) demonstra um enorme potencial para este tipo de empreendimento e afirma que o mercado não é um obstáculo ao seu desenvolvimento. Foi exatamente isso que constatamos em campo, não há nenhuma dificuldade dos agricultores em venderem sua produção, pelo contrário, ela é muito bem aceita pelos consumidores.

Das mais de mil unidades agroindustriais levantadas em 1999 no Estado, cerca de 19% estavam localizadas no Oeste, sendo que as formas associativas estavam mais presentes ali do que nas outras regiões (Id. Ibid 1999).

#### **4.1 - As agroindústrias familiares da pesquisa**

Das agroindústrias da amostra, oito são familiares e duas de grupo, como veremos no quadro a seguir. Nestes grupos há também aparentados.

## Quadro 2 – Caracterização da amostra

GRUPO	RAMO	Nº DE FAMILIAS	LOCALIZAÇÃO	CARACTERIZAÇÃO
A	LEITE	3	SEARA	FAMILIAR
B	LEITE	5	CHAPECÓ	GRUPO/FAMILIAR
C	SUINO	2	CHAPECÓ	FAMILIAR
D	SUINO	5	CORONEL FREITAS	GRUPO
E	SUINO	2	CHAPECO	FAMILIAR
F	OVOS	5	SEARA	GRUPO
G	PANIFICADOS	5	CORDILHEIRA ALTA	GRUPO/FAMILIAR
H	FRANGO	3	SEARA	FAMILIAR
I	MEL	1	SEARA	FAMILIAR
J	VINHO	1	CORDILHEIRA ALTA	FAMILIAR

ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DOS DADOS DO CAMPO

As agroindústrias estudadas são todas ligadas à APACO e à UCAF. É através destas entidades que é obtido o selo Sabor Colonial, os rótulos e parte da assistência técnica. Em algumas agroindústrias, como as de derivados de suínos, há necessidade de que um técnico acompanhe o abate para fazer a inspeção sanitária que, geralmente, fica a cargo de cada município.

Em nove das dez agroindústrias visitadas é expressivo o trabalho das mulheres no processo de produção. Em apenas uma delas (grupo J) é que a mulher não está envolvida diretamente na agroindústria, mas está presente nas outras tarefas da unidade.

A perspectiva de gênero nas agroindústrias pode ser percebida através de dois fatores principais: um é a conciliação do trabalho doméstico com as demais atividades desenvolvidas pelas mulheres no âmbito da unidade produtiva; outro se refere ao que é produzido pela agroindústria e o quanto esse produto, antes da instalação da unidade de beneficiamento, era feito pelas mulheres.

*“Fazem mais ou menos oito anos que a gente começou a pensar alguma coisa diferente dentro do meio rural. E se percebia que a agricultura estava desaparecendo. Cada vez tava sendo pior a situação, a cada ano tu produzia mais e tua remuneração era menor. Então assim, a gente sempre teve envolvido em sindicato. A própria igreja orientava a gente pra buscar agregar valor dentro da propriedade e naquilo que se produzia. Eu tive a oportunidade então de fazer um curso sobre derivados do leite<sup>29</sup>. Então a partir desse curso ali eu fui convidado pela prefeitura, pra fazer parte como um integrante de feira. Na verdade eu digo eu, mas*

<sup>29</sup> Chamamos a atenção para mostrar nesta fala que foram os homens, em grande parte, que participaram dos cursos.

*era o grupo aqui. Nós era três na época, três famílias. Hoje já são cinco famílias...". (Agricultor, grupo B)*

Como foi explicitado, a pesquisa foi realizada em 10 (dez) agroindústrias rurais de pequeno porte de caráter familiar e de grupo. Em nove delas há laços de consangüinidade, sendo que em seis há um núcleo familiar, ou seja, o grupo é formado pelos pais e os filhos solteiros e casados que residem numa mesma casa ou em casas próximas, os outros dois são formados por irmãos, primos e sobrinhos. Em apenas dois o caráter familiar não é o principal elemento, embora haja aparentados em um deles.

Estas dez agroindústrias estão distribuídas em diversas comunidades rurais de quatro municípios: quatro delas ficam no município de Seara, três em Chapecó, duas em Cordilheira Alta e uma em Coronel Freitas.

Todas se constituíram formalmente nos últimos seis anos, embora já produzissem os mesmos bens em menor quantidade e de maneira informal antes disso.

As duas agroindústrias de processamento de leite, grupos **A** e **B**, antes da instalação da agroindústria, vendiam o produto *in natura*, mas a experiência de fazer queijos para o consumo foi fundamental. Para produzirem comercialmente fizeram cursos de processamento e beneficiamento. Apenas um ou dois membros do grupo ou da família participaram de cursos e passaram o conhecimento para os demais.

Nas agroindústrias de suínos, grupos **C**, **D** e **E**, todos eram integrados às cooperativas ou grandes agroindústrias e resolveram agroindustrializar eles próprios a sua produção. Também participaram de cursos de aperfeiçoamento em beneficiamento de carnes e derivados. No caso do grupo **D**, as famílias já trabalhavam coletivamente em outras atividades, como o plantio de fumo.

A produção de mel e de vinhos dos grupos **I** e **J** também eram tradicionais nas famílias, o que ocorreu recentemente foi a legalização e o aumento da produção.

O caso da produção de frango, grupo **H**, tem semelhança com os de suínos, de produtora integrada a família passou a abater e comercializar a sua criação.

A produção de ovos e os panificados, grupos **F** e **G**, não eram feitos comercialmente antes da agroindústria, mas sempre estiveram presentes mesmo que na cozinha ou no quintal da propriedade.



Em relação aos cursos de aperfeiçoamento, foram feitos, na grande maioria, pelos homens. Dentre todas as agroindústrias apenas algumas mulheres os fizeram e mais nas áreas que são tidas como femininas, como é o caso dos panificados. A exclusão das mulheres em relação ao treinamento e à assistência técnica é decorrente da noção de que ela ajuda no trabalho produtivo, mas não é responsável por ele. Como mostrou Sampedro Gallego (1996), a modernização contribuiu para a marginalização feminina ao privilegiar os homens no seu processo. Isso acontece com os cursos que são voltados mais para os homens do que para as mulheres. O mesmo acontece com a assistência técnica, como demonstra uma agricultora.

*“Quantas vezes chegava um fiscal do banco ou um técnico e queriam saber quanto deu de lucro ou quanto investiu naquele ano. Aconteceu muitas vezes de eles chegarem e dizer que queriam conversar com o meu marido. Eu dizia: ‘ele não está, mas eu estou tô aqui’. Mas eles respondiam que tinha que ser com ele”. (Agricultora, grupo E)*

Em algumas agroindústrias em que os homens fizeram os cursos, hoje não são eles que trabalham diretamente no processamento e sim as mulheres. Eles cuidam mais da comercialização. São os homens que fazem as entregas, já nas feiras são as mulheres e as crianças que trabalham mais. Rockenbach (1995) ao pesquisar um grupo de gestão agrícola no município de Presidente Getúlio/SC, também encontrou dados semelhantes. Em seu estudo, mais de 50% dos entrevistados declaram que alguém da família havia participado de cursos profissionalizantes nos últimos dois anos. A grande maioria deles foram homens, apenas duas mulheres participaram de cursos de saúde e de culinária.

#### **4.2 - A produção**

O volume de produção e a renda obtida difere de uma agroindústria para outra mesmo dentro de um ramo específico, como é o caso da carne suína. Uma unidade chega a abater até 40 suínos por semana dependendo da demanda, enquanto as outras duas abatem semanalmente, em média, oito suínos. Vale salientar que a indústria que abate mais é a de um grupo composto por cinco famílias, enquanto os outros são familiares. O volume de produção depende também da demanda gerada.

Outro fator determinante em relação ao volume de produção é o tamanho da agroindústria, a mão-de-obra familiar disponível e a matéria-prima produzida na

propriedade. Em alguns casos parte da matéria-prima é produzida pela família e parte é adquirida de vizinhos. Há casos em que toda a matéria-prima é comprada e que no empreendimento só se faz a industrialização, como mostra um agricultor:

*“Veja bem, as coisas elas são muito complicadas, quando você tem um investimento X você tem que ter uma produção X. Então na questão nossa, o investimento que foi feito na questão de leite, aquilo que nós produzía e mais um pouco de leite que nós pegava aqui nos vizinhos não era suficiente. E até pela maneira da gente trabalhar houve adesão de outras pessoas pra querer entregar o produto pra nós. Então assim, o gado que nós tinha ali quando começamos, isso há uns sete, oito anos atrás. Como nós não tinha como cuidar do gado e da industrialização dos produtos, optamos por vender o gado pros produtores e nós só pegamos o leite. E até na questão de transporte foi investido, foi adquirido um tanque pra transportar o leite. Mais investimento pra ter uma indústria que tenha melhor condições de trabalho, equipamentos. A gente se obrigou a crescer buscando mercado, trabalhando com maior número de produtores”. (Agricultor, grupo B)*

Temos ainda casos em que não há interesse muito grande que a agroindústria cresça demais, o núcleo familiar é pequeno e o tamanho é suficiente para atender as necessidades da família, além disso, os agricultores não pretendem abandonar as outras atividades para se dedicar apenas à agroindustrialização e ficar à mercê de um único produto.

### 4.3 - Os produtos das agroindústrias

**Quadro 3 – Principais produtos**

GRUPO	RAMO	PRODUTOS
<b>A</b>	LEITE	Queijo colonial, ricota, manteiga, quark temperado, minas frescal e parmesão.
<b>B</b>	LEITE	Queijo colonial, Mussarela, provolone, prato, ricota, doces, nozinho de queijo, manteiga.
<b>C</b>	SUINOS	Cortes de carnes, salames, lingüiças, banha, torresmo, morcilha.
<b>D</b>	SUINOS	Cortes de carnes, salames, lingüiças, banha, torresmo, morcilha.
<b>E</b>	SUINOS	Cortes de carne, salames, lingüiças, banha, torresmo, morcilha, copa.
<b>F</b>	OVOS	Ovos e hortaliças
<b>G</b>	PANIFICADOS	Pães, bolachas, massas caseiras, doces.
<b>H</b>	FRANGO	Frangos inteiros
<b>I</b>	MEL	Mel e própolis
<b>J</b>	VINHO	Vinho tinto niágara e bordô e vinho branco

ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DOS DADOS DO CAMPO

#### **4.4 - A comercialização**

A comercialização é feita nas feiras da cidade de Chapecó e Seara, nos supermercados de Chapecó, Seara, Concórdia, Coronel Freitas, Cordilheira Alta e região, na Casa Colonial de Cordilheira Alta e na Cooperfamiliar – Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar Ltda de Chapecó. Em Chapecó há vários pontos de feira. Quando vendem os produtos nestas feiras, na maioria das vezes, as mulheres ficam nas bancas vendendo com o auxílio das crianças, enquanto os homens fazem as entregas nos supermercados. Geralmente a feira acontece em um ou dois dias na semana, sendo o sábado o mais comum. Em todos os casos estudados, quem faz as entregas são os homens.

#### **4.5 - O caminho até a legalização – no início, a produção de forma clandestina**

Todas as unidades passaram por um longo processo até a legalização. As agroindústrias que processam alimentos de origem animal são as que mais sofrem exigências da legislação.

Prezotto (1999) questiona a maneira como a legislação é feita pensando nas grandes empresas e sugere uma adequação na legislação e no Serviço de inspeção sanitária para as agroindústrias rurais de pequeno porte.

A dificuldade em legalizar a produção, principalmente a de origem animal, restringe a comercialização aos mercados locais. Nos municípios onde há o Serviço de Inspeção Municipal – SIM<sup>30</sup>, a legalização, pelo menos em nível de município, é mais tranqüila. Para comercializarem em outros municípios<sup>31</sup> é necessário possuir ao menos o certificado de inspeção estadual, fornecida pelo Serviço de Inspeção Estadual – SIE, desde que a comercialização se restrinja ao estado. Para comercializarem para outros estados do país e para fins de exportação é necessário o registro no Ministério da Agricultura que é o responsável pelo Serviço de Inspeção Federal – SIF. Porém, para conseguir o SIE e o SIF as exigências se equiparam às

---

<sup>30</sup> Com a municipalização da Vigilância Sanitária, Chapecó foi um dos primeiros municípios a implantar o SIM em produtos de origem animal, ainda em 1993.

<sup>31</sup> Esta situação irrita os produtores, pois mesmo quando os municípios são limítrofes, se pertencem a estados diferentes, não é permitida a comercialização no município vizinho. Quando o município de origem da pequena agroindústria é muito pequeno e fica próximo a um centro maior, como é o caso da região estudada, esta situação desagrada ainda mais os agricultores.

das grandes agroindústrias, o que se torna inviável para os agricultores familiares. Em Santa Catarina foi regulamentada em 1998 uma nova Lei Estadual “que estabelece condições diferenciadas para a implantação e funcionamento de pequenas agroindústrias e para a transformação artesanal de produtos agrícolas” (SCHMIDT et alli, 1999). Esperava-se que essa lei facilitasse a regulamentação das unidades familiares. Entretanto, até agora parece que estas mudanças não alteraram muito o processo de legalização.

A clandestinidade é, geralmente, um caráter transitório nestas agroindústrias. Como todas são ligadas a uma rede, o processo de legalização se torna mais eficaz já que a UCAF se encarrega deste procedimento.

*“Isso foi em 2001 que a gente produziu isso aí (a unidade). Mas nós já vinha produzindo (...) assim clandestinos desde 1996”. (Agricultor, grupo F)*

#### **4.6 - O que faziam antes da instalação da agroindústria – as atividades convencionais que ainda mantêm**

Antes da instalação da agroindústria, as atividades desenvolvidas na propriedade eram as convencionais: lavoura, avicultura e suinocultura, fumicultura e leite. Muitos eram integrados às grandes agroindústrias, alguns ainda mantêm esta integração. Principalmente os que beneficiam suínos e aves mantinham integração nestes ramos. Percebemos, entretanto, que onde há abatedouros de suínos ainda se mantêm os aviários integrados. No caso do abatedouro de frango, o agricultor era integrado e abandonou esse sistema porque não lhe oferecia retorno financeiro suficiente, além disso, as exigências da grande agroindústria eram muitas segundo o agricultor: *“Não fazíamos nem para viver para atender as exigências deles” (Agricultor, grupo H).*

Entre os que beneficiam leite, o grupo **B** não produz mais o leite, apenas o transforma, mas mantém integração de suínos e produção de doces. O grupo **A** produz parte da matéria-prima e mantém lavoura. Dos que beneficiam suínos, os grupos **C** e **E** produzem toda a matéria-prima, desde a produção da alimentação até os animais e mantêm aviários e lavouras. O grupo **D** não produz a carne suína que transforma, mas mantêm aviários e vacas de leite. Os agricultores dos demais ramos, do mesmo modo, mantêm suas atividades convencionais, sendo que a que

está presente em praticamente todas as propriedades é a produção de leite. Apenas no grupo J não há outras atividades agrícolas além da agroindústria. O casal tem renda proveniente de aposentadoria e os filhos têm empregos urbanos.

*“Tem. Tem o aviário. Integração de aves. Só duas famílias. E daí tem o leite, quatro famílias”. (Agricultora, grupo G)*

*“Que nem ali em casa, tem porco, tem vaca e tem o aviário. Daí tem que ir”. (agricultora, grupo D)*

*“Eu cuidava do aviário e duas vaquinhas, três, de leite que eu tinha”. (Agricultora, grupo G)*

Segundo esta agricultora, antes da instalação da unidade, ela ia para a roça e cuidava do aviário e das vacas de leite. Com a instalação da agroindústria ela continua trabalhando no aviário e com as vacas, no trabalho na lavoura é que ela não tem ido muito.

*“Todo mundo fazia isso. Fazia queijo e depois começamos a vender o leite”. (Agricultora, grupo G)*

Muitas vezes, as mulheres nem se referem ao trabalho doméstico. É tão comum que este recaia sobre elas, que nem se preocupam em quantificá-lo.

#### Quadro 4 – Atividades das famílias e ocupações pluriativas

Grupo	Atividades convencionais agrícolas	Atividades não agrícolas desenvolvida por algum membro da família ou do grupo	Membros que desenvolvem atividades fora da propriedade
A	lavoura	coordenação de cooperativa de crédito - sistema cressol	O marido
B	integração suínos, lavoura	serviços de eletricista	Um sócio solteiro
C	lavoura	não possuem	
D	aviários, vacas de leite, suínos	não possuem	
E	aviários, lavouras, açude	funcionário de empresa privada	Filho solteiro
F	suínos, lavouras, aviários	não possuem	
G	aviários, vacas de leite, suínos	liberação em sindicatos, cooperativas de crédito, serviços de pedreiro	Dois casais e o marido de outra associada
H	lavoura, vacas de leite	não possuem	
I	serraria, vacas de leite, açude	funcionário em cooperativa de crédito	Filho solteiro
J	não há	funcionários de empresas privadas	Filhos casados

ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DOS DADOS DO CAMPO

Percebemos através deste quadro que não há muita pluriatividade, fora a agroindustrialização, entre os grupos estudados e que as atividades agrícolas continuam predominando sobre as não agrícolas. Apesar do discurso da especialização ter sido muito forte, estes agricultores desenvolvem diversas atividades agropecuárias nas propriedades. Segundo Ferreira (2002), analisando dados organizados por Graziano da Silva e Campanhola (2000), constatou que a pluriatividade é ainda extremamente minoritária se comparada às atividades agrícolas. Do total da população ocupada no meio rural brasileiro, cerca de 71% está trabalhando na agricultura e 29% em outras atividades. Entre os que estão ocupados na agricultura apenas 6,8% possuem uma atividade secundária e destes, mais de 64% desenvolvem uma segunda atividade também na agricultura. Esta autora chama a atenção para o fato de que não se deve pensar o rural brasileiro nos termos em que é pensado nos países de capitalismo avançado, no Brasil não há suportes para manter uma representação do rural com a maioria de atividades não agrícolas.

#### **4.7 - A divisão do trabalho na agroindústria**

Na agroindústria, quando homens e mulheres trabalham juntos, o volume e a intensidade do trabalho são praticamente os mesmos. Os depoimentos a seguir são de mulheres de um abatedouro de suínos.

*“O que a mulher faz, o homem faz também”. (Agricultora, grupo D)*

*“Se nós lavamos, eles lavam também. Assim, não tem escolha de serviço”. (Agricultora, grupo D)*

*“O que tem pela frente vai fazendo. A gente faz banha e eles fazem também. A gente faz salame e eles fazem também. (Agricultora, grupo D)*

Em um dos laticínios, o grupo **B**, o processo é semelhante ao deste abatedouro onde não há muita distinção entre as tarefas. Neste há funcionários contratados. No outro laticínio, do grupo **A** que é familiar, são as mulheres que desempenham o maior número de tarefas, desde a ordenha até o processamento. Elas são auxiliadas pelos homens na ordenha da manhã, a ordenha da tarde é feita somente por elas como também todo o processamento. Enquanto os maridos tiram

“um cochilo” ao meio-dia, elas vão para a indústria. Aqui são apenas três famílias ligadas num único núcleo familiar e também residem numa mesma casa, mas somente dois casais mais novos cuidam da agroindústria. Um dos homens é responsável pela comercialização e o outro pela coleta do leite que é comprado dos vizinhos e parentes. Há dias em que as duas mulheres, auxiliadas por uma filha adolescente, trabalham o dia todo no processamento.

Na indústria de panificados, grupo **G**, somente as mulheres trabalham, excepcionalmente são auxiliadas pelo marido de uma delas. Nas outras atividades, como no abate de suínos, há também certa diferenciação do grupal para o familiar. Onde é familiar, o processamento é feito mais pelas mulheres, no grupo há uma escala de trabalho alternando-se os dias trabalhados no qual algumas mulheres trabalham uma semana e na outra ficam em casa, sendo substituídas pelas demais. Neste sistema de alternância o casal acaba não trabalhando junto, o que serve para que o trabalho na propriedade prossiga normalmente.

*“Por exemplo, não é toda a semana que o casal tem que trabalhar junto aqui dentro. Que nem o meu marido essa semana ficou mais fora, ficou mais em casa e a semana que vem ele pode vir. É assim com todas nós”.*  
(Agricultora, grupo D)

Elas argumentam, na brincadeira, que marido e mulher ou parentes separados não “dá briga”, ficar “meio estranho” para elas é melhor. Na verdade a maior justificativa para que o casal não trabalhe nos mesmo dias dentro da agroindústria é a manutenção do trabalho nas propriedades. Isso porque a maioria dos integrantes do grupo **D** tem aviários integrados, então, pelo menos uma pessoa deve ficar próxima.

*“Não é briga assim de querer se matar. Mas dá muita discussão porque, digamos assim, entre irmãos e marido a pessoa tem mais liberdade de se xingar”.* (Agricultora, grupo D)

Nos dois abatedouros familiares, grupos **C** e **E**, as mulheres não participam do abate, ou seja, da parte do sacrifício do animal, mas fazem todo o processamento a partir daí até o produto final.

#### 4.8 - A divisão do trabalho em casa

Enquanto na agroindústria não há uma disparidade muito grande em relação ao trabalho de homens e mulheres, em casa o trabalho doméstico continua predominando como responsabilidade da mulher. O trabalho de casa citado pelas mulheres inclui também tirar o leite.

Os afazeres domésticos raramente são partilhados pelos homens, quando isso acontece, é em situações onde a mulher não se encontra presente. Algumas vezes está na agroindústria no momento de preparar o jantar ou o almoço, por exemplo, então o homem cozinha. Todavia, a dinâmica de trabalho na agroindústria já é organizada para que a mulher dê conta do trabalho doméstico sozinha ou com a ajuda das filhas.

*“O meu marido, se eu vou na roça, chego em casa e estou tirando o leite, ele vai na cozinha e ajeita a janta. Chego na cozinha e a janta tá pronta. É assim, hoje não posso tirar o leite porque vou sair cedo, ele levanta e vai para a estrebaria”. (Agricultora, grupo G)*

*“Que nem hoje de tarde eu vou para feira, daí o marido vem pra casa fazer os serviços, tirar o leite. Daí sábado de manhã ele foi pra feira e eu fiquei, tratei os porcos e fiz tudo”. (Agricultora, grupo G)*

A parte do homem no serviço da casa limita-se, quase sempre, a preparar a comida e tirar o leite. Dificilmente os homens partilham dos outros trabalhos domésticos como a limpeza da casa e lavar e passar roupas.

Sobre a participação dos homens na atividade leiteira, De Grandi (1999) analisou as mini-usinas de leite em Mafra e Otacílio Costa/SC e concluiu que assim que a atividade leiteira passou a ter uma renda mais significativa, os homens entraram na produção. A participação dos homens ocorre mais na plantação de pastagens e no planejamento da produção: aquisição de animais e na busca de crédito para aumentar o rebanho e os ganhos. Na ordenha propriamente dita, não são todos que colaboram. Sua presença é mais comum quando a ordenha é feita de forma mecanizada. Ao questionar, no grupo **D**, se os homens ajudam a ordenhar, recebi as seguintes respostas:

*“O meu não. O meu (marido) é bem vadiozão”. (Agricultora, grupo D)*

*“O meu tem o aviário, tem os porquinhos”. (Agricultora, grupo D)*

*“A minha ordenha ainda é manual”. (Agricultora, grupo D)*



*“E eu já tenho a máquina. Daí ele, com essa história que eu tenho a máquina, já não vem muito me ajudar”. (Agricultora, grupo D)*

A primeira diz que o marido simplesmente não ajuda. A segunda diz que como tem o aviário e os porcos para cuidar, o marido fica com essas atribuições e ela com o leite. A terceira argumenta que como a sua ordenha é ainda realizada de forma manual, o marido não gosta de fazer, deixando-a realizar sozinha. Enquanto que para a quarta acontece o contrário, por ser a ordenha feita de maneira mecanizada, o marido conclui que ela pode fazer só. Mudam as justificativas, mas o fato continua. “Ordenhar é coisa de mulher” no sul do país<sup>32</sup>.

O leite é hoje, na maioria das propriedades do oeste catarinense, a única renda mensal das famílias. Ao contrário das demais atividades cujas rendas variam, a lavoura a cada seis meses, os aviários no mínimo a cada dois meses, o dinheiro do leite é recebido todo mês e cobre as despesas mensais como a de energia elétrica e de supermercado.

*“O dinheiro do leite tem todo mês. Do aviário de sessenta, setenta dias. Então você tem a luz pra pagar todo mês, tem o rancho. Então o dinheiro do leite vai tapando essas coisas”. (Agricultora, grupo G)*

Embora algumas mulheres digam que os maridos colaboram, principalmente em relação ao preparo das refeições, o recorrente é que eles não gostam de ajudar a fazer o trabalho doméstico. As declarações demonstram o que acabamos de dizer.

*“Em casa eles são bem baseados”! (risos) (Agricultora, grupo D)*

*“Em casa as veiz tu chama e cadê? (Agricultora, grupo D)*

*“Ficam mais arrodiando”. (Agricultora, grupo D)*

*“(...) em casa a gente continua, mas eles não. Porque tudo nós temo vaca, né. Então chega em casa e tem que ir pro leite”. (Agricultora, grupo D)*

A primeira agricultora usa o termo “baseado” para se referir ao marido, pois este se esquia do trabalho em casa, deixando-o para que ela faça sozinha. A terceira fala que eles ficam por perto, mas não ajudam na execução do trabalho. Enquanto a quarta reforça a idéia de que eles não colaboram com a ordenha. A pressão cultural é muito forte, sendo que, mesmo quando realizam o trabalho considerado feminino, preferem não publicizar o fato. A pesquisa coordenada por

---

<sup>32</sup> O mesmo não acontece em outros locais, como a região Norte, por exemplo. Nossa própria experiência confirma isso, nos estados de Goiás e Tocantins, quem ordenha é o homem.

Menasche e Escher (1996: 89) mostra que há maridos que fazem a limpeza da casa, mas só realizam esta tarefa depois de fechar todas as janelas, “assim o vizinho não vê”. Segundo as autoras, talvez uma explicação para a resistência masculina em lavar roupas deriva do fato do tanque ficar do lado de fora da casa.

#### **4.9 - A conciliação com o trabalho doméstico**

Sabe-se através de pesquisas que as mulheres trabalham mais que os homens. Nos países desenvolvidos, na década de 80, foi constatado que, em pelo menos 13 deles, as mulheres trabalham cerca de duas horas a mais por dia que os homens. Essa diferença fica ainda maior quando pensamos nos países em desenvolvimentos e subdesenvolvidos, onde o tempo de trabalho da mulher é ainda maior. E é no trabalho doméstico não remunerado que a maior parte do tempo da mulher é gasto (PAULILO, 2000: 238-239)

Em relação à divisão do trabalho doméstico pelo casal constatou-se, conforme dados da Organização das Nações Unidas - ONU - de 1995, que a mulher gasta 30 ou mais horas por semana e os homens de 10 a 15 horas para realizar estas tarefas. A maior participação dos homens é no cuidado com os filhos pequenos, geralmente, menos de uma hora por dia. As mulheres gastam a maior parte de seu tempo no cuidado das crianças pequenas. Quando não há crianças, é a limpeza da casa e o preparo das refeições que ocupam a maior parte do tempo. Por esses indicativos percebemos que é ainda sobre a mulher que recai a responsabilidade da reprodução da unidade doméstica (PAULILO: 2000).

Ao questionar se as condições de vida melhoraram com a agroindústria, recebi a seguinte resposta:

*“Ah. Melhoraram porque não precisa ir todo dia no sol quente.”*  
(Agricultora, grupo G)

No caso da roça, as mulheres deveriam ir continuamente ao campo e, no retorno, cuidar dos afazeres domésticos e das criações. Com a agroindústria, a conciliação das tarefas é mais fácil. Vemos pelos depoimentos que as mulheres têm várias estratégias de conciliação. Uma delas é a figura da sogra que fica com as crianças enquanto as noras trabalham na agroindústria, grupo **H**. Neste caso é interessante notar que a “ajuda” da sogra é dada quando as noras estão na

agroindústria. Esta é a sua contribuição ao trabalho da unidade. A sua participação é, então, indireta, mas lhe permite fazer parte do grupo.

Ao realizarem o trabalho doméstico, as mulheres do grupo **H** não contam com o apoio da sogra para ficar com as crianças. Isso pode ser visto como um retorno à individualidade. Enquanto o trabalho é realizado na agroindústria, as tarefas são coletivas e olhar as crianças faz parte deste processo. Ao retornarem ao lar, retomam-se a rotina individual de cada família. Além disso, a sogra também desempenha as funções domésticas em sua casa e cuida das crianças porque alguém tinha que desempenhar essa função para que a unidade de abate funcione.

Há algum tempo, e estima-se que isso ainda aconteça mesmo que em menor proporção, as mulheres levavam as crianças pequenas – que ainda não estavam em idade escolar – para a lavoura e lá as deixam em alguma sombra enquanto trabalhavam. Com o tempo essa prática passou a ser menos freqüente. Uma das razões é a mecanização e a utilização de agrotóxicos que eliminam o trabalho de limpeza das roças de forma manual. Um outro motivo é que há em muitas propriedades a figura da sogra, na maioria das vezes aposentada, que executa esse papel. Outro fator ainda é a presença de atividades como a criação de aves e suínos muitas vezes legadas às mulheres, o que permite que fiquem mais próximas da casa e assim cuidem dos filhos.

As falas de alguma mulheres a respeito do custo de ir para a roça pode nos levar a simplificar a relação delas com as lavouras. Frases como “ir todos os dias no sol quente” e “o plantio de fumo é muito sofrido”, nem sempre significam que elas consideram o trabalho no campo mais penoso que o doméstico. Penoso é conciliar roça e casa (PAULILO; 2003 e GASSON; 1992).

Podemos dizer também que muitas mulheres preferem ir à roça desde que essa seja a única tarefa. O que sobrecarrega a mulher são as tarefas cumulativas. Paulilo (2003:26), em pesquisa sobre as mulheres rurais da Paraíba em 1978, constatou que, mesmo o trabalho da roça sendo muito pesado, muitas delas o preferiam em detrimento do trabalho de casa porque as tarefas domésticas são várias e se repetem todos os dias.

O trabalho doméstico é o que mais ocupa o tempo das mulheres. Nota-se, pelas falas que, principalmente no período da manhã, elas ficam mais envolvidas em casa. As que ficam na agroindústria de manhã é porque têm alguém que faça, pelo menos, parte do trabalho doméstico, que pode ser uma filha ou a sogra. Nos dias de

maior intensidade de trabalho, entretanto, a agroindústria é priorizada em detrimento do doméstico. Este fica acumulado para as mulheres o realizarem após o encerramento do trabalho na unidade. O que mais gera trabalho que deve ser feito sem interrupção são os abates, mas estes são normalmente marcados para o período da tarde.

*“Você tem o aviário e as vacas pra cuidar né. A casa é grande, não tem como vir de manhã. A tarde pode mandar a menina (seja na agroindústria ou em casa). De tarde sobra pra mim. Quando é pouco serviço, não precisam vir todas”.* (Agricultora, grupo G)

*“Tem manhã que eu não posso vir”* (Agricultora, grupo G se referindo a não conseguir sair de casa para vir a agroindústria por conta do trabalho doméstico)

*“Sim, tem duas mulheres que uma semana trabalham na agroindústria e uma semana ficam em casa. Porque senão como é que fica a casa da gente? Vai tudo a beleleu. Também porque a gente tem que cuidar né. Tem as crianças, tem filho e não dá pra deixar tudo assim”.* (Agricultora, grupo D)

#### **4.10 - A Satisfação com a Agroindústria**

A agroindústria sempre foi descrita por eles, mulheres e homens, como um fator positivo, mesmo ainda não tendo gerado lucros. A maioria ainda está pagando os investimentos, ou ainda investindo, alguns através de financiamentos, como eles mesmo contam:

*“Agora a gente tá em fase de investimento ainda, porque faz três ou quatro anos que a gente (...). Daí foi destinado que até a gente não pagar o que tinha de investimento, ninguém ia receber nada. Assim que a gente terminar de pagar (...)”.* (Agricultora, grupo D)

*“Na verdade, de vinte e um mil reais, tirando oito, sobram treze e pouco. Foi o que a gente financiou. O resto foi com o nosso capital. A gente foi construindo um pedaço, fizemos vinte e um metros e colocamos as galinhas lá dentro e com aquilo que dava de lucro nós ia construindo e reinvestindo”.* (Agricultor, grupo F)

*“Bom, até hoje nós não dividimos nada. Até hoje só foi investimento. Você até poderia ter dividido alguma coisa, mas você tem que fazer alguma coisa pra prevenir o futuro pior. Pra facilitar um trabalho né. Só dividimos os pepinos até hoje”.* (Agricultor, grupo B)

Outros tiveram que comprar as cotas de pessoas que deixaram o grupo por razões diversas:

*“E daí nós tivemos que comprar essas partes também, que saiu duas pessoas (famílias). Uma pessoa faz pouco que saiu e daí nós tivemos que comprar a parte dela também”. (Agricultora, grupo D)*

Todos se mostraram muito satisfeitos com o empreendimento no sentido econômico e social para a propriedade. Muitos disseram que sem a instalação da agroindústria teriam deixado o campo. Os mais velhos não, porém os filhos solteiros, ou mesmo os casados, iriam para a cidade em busca de uma renda melhor. Os motivos dos mais velhos não deixarem a propriedade é por serem aposentados, por ali terem construído as suas vidas, terem receio de não se acostumar à vida urbana e por gostarem de viver no campo.

*“Porque quando o filho dizia que não tinha mais solução, que a única saída era de ele ir trabalhar fora, até ele já tava inscrito, já tinha feito teste e tudo. Ele ia trabalhar fora e a gente começou a dizer: vamos achar outra alternativa, vamos tentar, que alguma coisa nós vamos poder fazer pra você permanecer, pra não ter que sair daquilo que você tem. Então eu falava pra ele: o que nós temos aqui é teu também, você pode estar construindo, estar fazendo (...) pra você tirar um meio para poder sobreviver sem precisar sair daqui da propriedade. E foi ali que a gente conseguiu. E assim a gente fala também com as outras pessoas”. (Agricultora, grupo E)*

Algumas famílias deixaram a agroindústria após a sua instalação. Isso ocorreu nos grupos **D** e **G**. No grupo **G**, como mostram as falas, o motivo que ocasionou o abandono da atividade para duas famílias, foi a carência de mão-de-obra nas propriedades.

*“E a outra era uma moça e daí o pai dela e a mãe dela também acharam melhor ela sair porque tinha muito serviço na propriedade”. (Agricultora, grupo G, expondo os motivos pelos quais duas famílias deixaram a sociedade e as duas mulheres pararam de trabalhar com elas)*

*“Era pouca mão-de-obra e daí uma família, (que deixou o grupo) tinha um casal de idosos pra cuidar. Daí ela (a mulher) não venciu”. (Agricultora, grupo G)*

É interessante notar que não é somente o cuidado com as crianças que não permitem às mulheres realizarem determinadas tarefas. Também o cuidado com os idosos ocupa essas mulheres.

No grupo **D** eram 11 famílias no início, mas algumas foram deixando o grupo por não acreditarem que o empreendimento fosse dar certo. Agora são apenas cinco

famílias e pelo que percebemos estão satisfeitas com a atividade e não pretendem deixá-la, uma vez que a agroindústria já está consolidada.

#### 4.11 - E o tempo, encurtou?

Algumas mulheres dizem que seu tempo diminuiu após a criação da agroindústria. E que sair de casa, até mesmo para passear em alguma vizinha, já não é mais tão comum quanto antes.

*“O trabalho? Praticamente dobrou”. (Agricultora, grupo D)*

*“Não tem mais um culto, não tem nada”. (Agricultora, grupo D)*

*“Tu não pode sair de casa né?” (Agricultora, grupo D)*

A ida ao culto na comunidade rural é uma tradição. É na ida ao culto que as pessoas se encontram, é o espaço de socialização por excelência em muitas comunidades rurais do sul do país.

Ao participarmos de oficina sobre políticas públicas promovida pelo MDA para as mulheres agricultoras, ouvimos o desabafo de uma liderança do MMC que questionou se as agroindústrias são projetos para libertar as mulheres ou se para prendê-las. Segundo ela, *“as mulheres ficam dentro das agroindústrias trabalhando enquanto os homens saem vender os produtos, ‘fazer negócio’. É o que está acontecendo nas agroindústrias familiares”*.

E acrescenta:

*“Tem um grupo de mulheres muito bom na comunidade, onde as mulheres de um desses grupos participavam. Depois da agroindústria não foi mais visto essas mulheres”. (Agricultora, MMC).*

Essa posição é compartilhada por outras mulheres ligadas a este Movimento.

Também constamos o que essa agricultora disse nas visitas às agroindústrias. A maioria das mulheres diminuiu sua participação nas comunidades, já que aos domingos muitas delas concluem o trabalho doméstico que foi se acumulando durante a semana.

O crescimento da agroindústria também vai contribuir na diminuição do tempo livre para as mulheres. No caso específico do grupo **G** que ainda produz no porão da casa, mas que já está em fase de aumento, com a criação da unidade que atende às exigências da fiscalização, o crescimento significa aumento de trabalho. Mas este é

o caminho para as unidades que dão certo, elas tendem a crescer, pelo menos até certo ponto. Assim, uma nova reorganização em relação ao trabalho na agroindústria e o doméstico vai acontecer no interior destas famílias.

*“Daí a gente vai trabalhar em tempo integral, de manhã à tarde, direto. Não que nem agora. Tem dias que a gente tem folga, que nem hoje de manhã a gente tinha. Amanhã cedo a gente vai folgar. Quinta a gente trabalha uma hora, duas no máximo e daí tem aquele tempo livre. Com a agroindústria a gente vai trabalhar direto”. (Agricultora, grupo G)*

*“Enquanto não entrar os mercados (...). Depois que entrar os mercados, babau feriadinhos. Sexta-feira Santa nós vamos trabalhar, nós temos bolo, temos a feira no sábado. Daí tu tem pão-de-ló, tem coisas para fazer, pão, cuca, pra sábado. Tu não pode fazer dois dias antes que não fica bom. Os fregueses já não querem se não fizer na hora”. (Agricultora, grupo G)*

Um outro exemplo do crescimento da agroindústria é o caso de uma unidade de beneficiamento de leite, ali se deu o contrário. O aumento da agroindústria favoreceu a distribuição de tempo, uma vez que um sócio veio com a esposa para se dedicar integralmente à produção, o que ajudou na divisão das tarefas.

*“Daí não tinha folga, tinha que trabalhar domingo e feriado, era muito puxado. Daí depois que o primo e a esposa vieram morar aqui, daí a gente pôde sair um pouco. O trabalho ainda é bastante, um pouco menos. Agora a fábrica é maior, tem como deixar o leite pra segunda. Antes não tinha como guardar o leite. Era bastante sofrido”. (Agricultora, grupo B)*

Aqui, com o aumento da instalação física, ocorreram investimentos na aquisição de equipamentos maiores que possibilitam que o leite do domingo seja processado na segunda-feira. Este exemplo é importante para mostrar que o trabalho não é uma “fatalidade” que não possa ser resolvida. Há diversas possibilidades de ajustes que permitiriam às mulheres participarem da vida comunitária, dos movimentos sociais e mantenham seu lazer.

A dinâmica de trabalho nas agroindústrias depende muito do que é produzido. Nas agroindústrias de suínos, o peso maior do trabalho está no dia do abate onde várias pessoas são necessárias. Após isso, na transformação, o trabalho tem outra organização, não havendo necessidade de tanta rigidez. Nestas unidades, geralmente não se trabalha aos sábados e domingos, apenas a comercialização é feita também aos sábados. Nas indústrias de processamento de leite, se não há equipamentos de refrigeração suficientes, o final de semana é utilizado para

beneficiar, pois este é um produto perecível. Nos panificados, quando há encomendas, o trabalho é realizado também nos finais de semana. O processo do abatedouro de frangos é semelhante ao de suínos, com a diferença que após o abate não há muito trabalho, uma vez que o frango não é transformado. Em relação aos ovos, o trabalho é contínuo, mas é pouco, apenas alimentar as aves e recolher os ovos. Na vinícola, o pico do trabalho se dá apenas em determinada época do ano. O mesmo acontece com o mel.

Muitas mulheres viram diminuir seu tempo, mas como é uma dinâmica nova para a maior parte delas, estão ainda em período de adaptação. Algumas mulheres reclamam que o seu tempo diminuiu, mas que os maridos continuam mantendo seus hábitos, como o de ir dormir um pouco depois do almoço e que enquanto isso acontece elas estão na unidade ou fazendo o trabalho dentro de casa.

#### **4.12 - A participação no gerenciamento e na renda**

Nas agroindústrias, como na propriedade, o gerenciamento da unidade e da renda fica, na maioria dos casos, sob a responsabilidade dos homens.

Podemos dividir as agroindústrias em quatro grupos para destacar o nível de participação das mulheres no gerenciamento.

O primeiro grupo é formado pelas mulheres que tomaram a iniciativa, juntamente com a família, na criação da agroindústria e participam efetivamente da gestão da mesma, são as mulheres das agroindústrias **E**, **F** e **G**. O segundo grupo é formado pelas mulheres que não foram diretamente responsáveis, ou que não estavam tão envolvidas no processo de criação, mas que tentam participar das decisões. Fazem parte deste grupo as mulheres das agroindústrias **A**, **B**, **C**, e **D**. O terceiro é composto por aquelas que trabalham no estabelecimento, mas não participam das decisões políticas, são as mulheres das agroindústrias **H** e **I**, e no último grupo estão presentes as mulheres da agroindústria **J**, estas estão totalmente fora das decisões do grupo em relação à agroindústria e não trabalham na unidade.

As razões para as diferentes participações na gestão são diversas. Mas pudemos constatar que onde as mulheres já participavam antes nos movimentos sociais e nos sindicatos, como é o caso do Movimento de Mulheres Camponesas (grupos **E** e **F**) e do movimento sindical (grupo **G**), a participação na gestão é maior. No caso destes grupos, a participação em movimentos sociais se dá também por



parte dos homens. Nestes casos a participação é antiga e muito da forma de trabalho coletivo é originário desta participação. A militância em movimentos sociais pode ser um fator para a maior participação feminina nas decisões do grupo.

*“A gente cresceu assim e se desenvolveu junto com a família. Porque na minha participação junco com as mulheres no crescimento e no desenvolvimento dos movimentos que eu acompanhei desde o início aqui em Chapecó, nós começamos a discutir a questão da participação das mulheres nos movimentos, na sociedade, nos negócios, na questão política. A gente fazia essa discussão. Eu sempre tive a participação da família junto, né. Então a família acompanhou essas mudanças e foi assumindo junto. Então a gente não sentiu essa dificuldade. Prova é que a gente tá aqui”. (Agricultora, grupo E)*

Neste caso, o trabalho é compartilhado. Mesmo o doméstico. Para a família, participar dos movimentos sociais é importante. A contribuição dos membros da família acontece no dia-a-dia, no cotidiano da propriedade, dividindo as tarefas e diminuindo a rigidez entre papéis femininos e masculinos.

*“Assim, a gente faz uma parceria. Quando eu estou em casa, eu não digo o ‘meu serviço’. Agora que eu estou em casa eu só vou cuidar da limpeza, das panelas e tal. Não. Eu faço as minhas funções ali, ajudo e vou ajudar eles também. Eu ajudo o filho lá na indústria, eu ajudo o marido lá fora, ajudo no galinheiro, ajudo na roça. Vamos juntos assim. Então cada função a gente assumo, como eles também assumem a função que seria da gente (...). E nós assim, aqui na minha família, a gente conseguiu conciliar que cada um se ajuda naquilo que for necessário”. (Agricultora, grupo E)*

Mesmo onde as relações são mais igualitárias, o termo “ajuda” continua reafirmando a distinção de espaços de homens e mulheres.

No segundo grupo, formado pelas agroindústrias **A**, **B** e **C**, a influência dos movimentos sociais também pode ser notada, só que de maneira mais tímida. Aqui não predomina nenhum movimento de mulheres ou a discussão de gênero especificamente. Embora algumas mulheres participem do Movimento de Mulheres Camponesas, não é no papel de liderança. Aqui os dirigentes são os homens. No terceiro grupo (**H** e **I**), ainda que menor, existe a participação em movimentos sociais por parte dos homens; já no quarto grupo (**J**) praticamente não há qualquer tipo de envolvimento. Neste caso a influência dos movimentos sociais apenas é sentida na criação do empreendimento, mas não no debate de gênero.

## Considerações finais

Com base nos dados estudados e comparação com outros estudos, percebemos que mudanças vêm ocorrendo na agricultura familiar do oeste catarinense quando são implantadas as agroindústrias. A sua instalação favoreceu a permanência de alguns jovens e de novas famílias na propriedade. Essas unidades são uma alternativa para a permanência de pessoas no campo, seu surgimento é muito importante para a construção de um modelo de desenvolvimento para a agricultura familiar mais igualitário e mais humano, se comparado ao modelo de integração aos grandes complexos agroindustriais. As agroindústrias propiciam não só a diminuição do êxodo da mulher, como dos jovens, além do retorno dos que já haviam migrado para a cidade. Essas mudanças são, no entanto, na maioria de ordem econômica e, se alteram a condição da mulher na agricultura, não o faz de maneira radical.

Com a implantação das agroindústrias são as mulheres que realizam a maior parte do trabalho, ou seja, o trabalho mais rotineiro e constante. Poucas mulheres participam da comercialização. As que o fazem ficam nas feiras atendendo os clientes enquanto os homens vão fazer as entregas. São ainda os homens que lidam com o dinheiro quando este vem em maior quantidade.

O trabalho na agroindústria não foi considerado pelas mulheres como exaustivo, principalmente por se desenvolver num ambiente próximo à casa, o que lhes permite conciliá-lo mais facilmente com o trabalho doméstico. A agroindústria, para muitas delas, substituiu a roça, onde o trabalho, dependendo do que cultivavam, poderia ser mais sofrido e realizado no sol quente, como colocaram algumas mulheres.

Percebemos também que certas rotinas presentes na agricultura familiar não se alteraram, permanecendo o trabalho doméstico e outras atividades exclusivamente sob a responsabilidade da mulher. A agroindústria vem facilitar a conciliação destas atividades não produtivas (o doméstico, o cuidado com crianças e idosos, a lida com o leite) com as produtivas (agroindústria). Outro fator interessante se deve à caracterização do que é considerado produtivo e reprodutivo. O beneficiamento de certos produtos (como geléias, doces, conservas e queijos) e a confecção de outros (como pães, bolachas, massas) sempre foram desconsiderados como produtivos, pois eram feitos para o consumo da família. Quando esses

produtos passam a fazer parte de uma das mais importantes atividades lucrativas nas propriedades, sua elaboração é transferida para o campo produtivo. As mulheres que sempre fizeram este trabalho, e continuam fazendo, viram sua produção ser transportada para o campo produtivo. Mas ela, sujeito da produção, permaneceu no reprodutivo.

Ao mesmo tempo em que as mulheres percebem os pontos positivos gerados pelas agroindústrias, não podem usufruir de seus benefícios, pois seu trabalho aumentou consideravelmente tendo, inclusive que, aos domingos, concluir o trabalho semanal.

Frente a tudo isso pouco se tem discutido. Os que teorizam sobre atividades pluriativas não têm se preocupado com as questões de gênero que estão aí envolvidas. As entidades que assessoram esses empreendimentos e seus técnicos não estão preparados para fazer essa discussão. Vêm apenas o caráter produtivo dos empreendimentos, sem atentar para as relações sociais e familiares que estão presentes.

O Movimento de Mulheres Camponesas é o único que tem feito críticas a esse modelo de agroindústria que, segundo suas lideranças, é um projeto de submissão da mulher e não de libertação. Porém essa crítica, feita de fora das agroindústrias, não tem surtido muito efeito.

Embora a grande maioria sinta esse peso, poucas mulheres têm a percepção de que é possível um modelo de agroindústria com caráter emancipatório, mas isso passa por um processo mais amplo dentro das estruturas familiares. Essa posição é sustentada, principalmente, por aquelas que participam do Movimento de Mulheres.

No que se refere às políticas públicas, observamos um interesse do Governo Federal em discutir as questões de gênero na agricultura familiar, tanto que foi criada uma linha de crédito para financiar projetos de mulheres agricultoras. Entretanto, não podemos supor até onde essa discussão vai avançar enquanto a família rural for vista como uma estrutura blindada e sem contradições internas.

Esse é o principal motivo das críticas feitas pelo Movimento de Mulheres ao Pronaf Mulher. Enquanto as políticas públicas forem criadas pensando num conceito de família fechada, poderemos não ter avanços significativos, pois continuaremos com a mesma estrutura patriarcal onde o homem é o chefe e onde o trabalho produtivo continuará sendo considerado superior ao reprodutivo.

Outra questão importante é relativa, ainda, ao trabalho produtivo e reprodutivo. Será que desenvolvendo um trabalho produtivo, a mulher alcançará a sua emancipação? Ou será o reconhecimento do trabalho reprodutivo que vai emancipá-la? Talvez as duas coisas.

O reconhecimento do trabalho reprodutivo passa pela valorização das atividades desenvolvidas pela mulher no âmbito do lar. Até o momento, porém, os investimentos são todos dirigidos para a produção. Não existe nenhuma linha de crédito com a função de aliviar o fardo do trabalho doméstico.

Mesmo que as mulheres tenham utilizado pouco o crédito, oriundo ou não do Pronaf Mulher, ele é um instrumento importante para garantir a manutenção econômica das mulheres. No entanto, faz-se necessária uma adaptação dos agentes bancários para atender a esse novo público.

A assistência técnica também tem sido falha em relação à discussão de gênero e a extensão rural voltada para a mulher praticamente não existe a não ser para reforçar o seu papel tradicional. Embora os movimentos sociais de mulheres tenham levantado a discussão de gênero e estejamos vendo, por parte do Estado, uma tentativa de elaboração de propostas neste sentido, o mesmo não acontece com os órgãos de assistência técnica, que continuam implantando as mesmas políticas de assistência e extensão.

As atividades agrícolas são importantes no meio rural e permanecem sendo a maioria entre os agricultores familiares. É preciso que os estudos sobre a pluriatividade não generalize a importância do trabalho não agrícola em áreas rurais baseados em análises de regiões específicas.

Mais igualdade e participação política estão ligadas, o que significa que é a consciência política que vai alterar as relações e poder e não o caráter produtivo ou doméstico do trabalho.

A diversidade é outro fator que persiste na agricultura familiar, apesar do discurso da especialização. Prova disso é que mesmo com a instalação das agroindústrias, os agricultores mantiveram outras atividades agropecuárias na propriedade, fazendo frente ao discurso da especialização tão cara aos técnicos e grandes empresas beneficiadoras de produtos agrícolas.

### Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo/Campinas. Editora Hucitec/UNICAMP, 1998.

ABRAMOVAY, M. e SILVA, R. da. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In ROCHA, M. I. B da. (org.) Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios. CEDEPLAR/UFMG. Ed. 34; São Paulo, 2000.

ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 1999.

ALMEIDA, M. P. Trabalhos femininos e papéis sociais em uma comunidade rural do nordeste paraense. In. HÉBETE, J.; MAGALHÃES, S.B.; MANESCHY, M.C. (orgs). No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará. Belém. EDUFPA, 2002.

ALTAMNN, R. Agricultura Familiar e os contratos: reflexões sobre os contratos de integração e a seleção de produtores. Florianópolis, 1987.

ARAÚJO, M. P. A questão camponesa na teoria marxista clássica. In. CHEVITARESE (org.) O campesinato na história. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 65-74.

BADALOTTI, R. M. A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da Agricultura Familiar no oeste catarinense: o papel da APACO (Associação de Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e demais agentes sociais. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC. Florianópolis. 2003.

BONI, V. Poder e Igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais – Chapecó/SC. Revista Estudos Feministas. Florianópolis. CFH/CCE/UFSC. Vol.12 n.1/2004.

BONI, V; QUARESMA, S. J. L. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. EmTese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, vol. 2 , nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em [www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br).

BOURDIEU, P. A dominação masculina. In: Educação e Realidade. V.20(2), jul./dez. Porto Alegre: FE – UFRGS, 1995.

BOURDIEU, P. Célibat et condition paysanne. Etudes Rurales n. 5-6. p. 32-135. avril/set. 1962.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Revista Estudos Feministas. Florianópolis. CFH/CCE/UFSC. Vol.12 n.1/2004.

BUTTO, A. A perspectiva de gênero nos programas de desenvolvimento rural e combate à pobreza no Brasil: políticas públicas. In. Seminário “Gênero y Enfoque Territorial del Desarrollo Rural. 14 17 de julho/2003. Anais... Natal/2003.

CAMARERO, L. (org). Emprendedoras rurales: de trabajadoras invisibles a sujetos pendientes. Centro Francisco Tomás y Valente. UNED. Alzira-Valência. Colección Interciências 27. 2005.

CARNEIRO. M. J. Camponeses, agricultores e pluriatividade. Rio de Janeiro. Contracapa. 1998.

CARRASCO et alli. Tiempos, trabajos y flexibilidad: una cuestión de género. Madrid. Instituto de la Mujer/ Ministerio del Trabajo y Asuntos Sociales. 2003

CARRASCO, C. (org). Trabalho con mirada de mujer. Propuesta de una encuesta de población activa no endocéntrica. Consejo Económico y Social. España, 2004.

CAZELLA, A. A; MATTEI, L; SCHNEIDER, S. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER et alli. Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2004.

CEMTR-DETR-CUT/PR (Departamento Sindical de Estudos Rurais – Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná), Gênero e Agricultura Familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite: DESER. 1996.

CRUZ SOUZA, F. La aplicación de la perspectiva de género al desarrollo rural: el caso de la Montaña Palentina. 2005. (mimeo.)

CRUZ SOUZA, F. Las nuevas representaciones sociales y la construcción de nuevos papeles para las mujeres en el medio rural. Tese de doutorado defendida junto a Universidade de Valladolid/Espanha. 2003.

DE GRANDI, A. B. Relações de Gênero nas Famílias Agricultoras associadas a Mini-Usinas de Leite no Estado de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política/UFSC, Florianópolis, 1999.

DEERE, C.D. e LEÓN, M. *O empoderamento da mulher*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

FAO/INCRA. *Novo Retrato da Agricultura Familiar*. O Brasil Redescoberto. 2000.

FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. In. Revista Estudos Sociedade e Agricultura. Rios de Janeiro. N. 18, abril. 2002.

FISCHER, I. R; MELO, L. A de. Avaliação Nacional do “Pronaf Mulher”. Proposta de Pesquisa. Fundação Joaquim Nabuco. Instituto de Pesquisas Sociais. Recife, outubro de 2004.

GASSON, R; SHAW, A; WINTER, M. Characteristics of farm household pluriactivity in East and Mid Devon. Cirencester, Center for Rural Studies, Ocasional paper n. 19. 1992.

GIDDENS, A. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GUIVANT, J. S. Suinocultura e Poluição: os desafios de implementar uma política de controle ambiental. In. Cadernos de Pesquisa. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, nº 12. Florianópolis, outubro de 1997.

INSTITUTO CEPA. Levantamento Agropecuário de Santa Catarina – dados preliminares. Florianópolis. Fevereiro de 2005

LAMARCHE, H. *Agricultura Familiar, comparação internacional*. Campinas. Editora da UNICAMP, 1993.

LOURO, G. L. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

MATTEI, L. (2001) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Balanços e Perspectivas. (não publicado).

MELLO, M. A. de. A Trajetória da produção e transformação do leite no oeste catarinense e a busca de vias alternativas. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas/UFSC. Florianópolis. 1998.

MELLO, M. A. de; SCHMIDT, W. A agricultura e a cadeia produtiva do leite no oeste catarinense: possibilidades para a construção de modelos heterogêneos. In. Paulilo, M I. S. e Schmidt, W. (org) Espaço Rural em Santa Catarina. Florianópolis. Editora da UFSC, 2003.

MIOR, L. C. Agricultores Familiares, Agroindústrias e Território: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no oeste catarinense. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC. Florianópolis. 2003.



OLIVEIRA, A. U. de. O MST como movimento socioterritorial moderno: o Brasil e a questão agrária. *Revista USP*, São Paulo, n. 64, p. 156-172, dezembro/fevereiro 2004/2005.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. In. *Ciência Hoje*, vol 5, num.28, jan/fev. 1987.

PAULILO, M. I. S. Mulher e cidadania. *Serviço Social em Revista*. Vol.2 nº. 2, jan/jun. Londrina. Editora da UEL, 2000.

PAULILO, M. I. S. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In. Paulilo e Schmidt (org) *Agricultura e espaço Rural em Santa Catarina*. Florianópolis. Editora da UFSC, 2003.

PAULILO, M. I; DE GRANDI, A. e SILVA, M. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. In. Paulilo e Schmidt (org) *Agricultura e espaço Rural em Santa Catarina*. Florianópolis. Editora da UFSC, 2003.

PAULILO, M. I. S. (2001). Leite: produção familiar e saúde pública. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*. UFSC. Florianópolis.

PAULILO, M. I. S. A Integração do Sul do Estado de Santa Catarina. Tese de Doutorado defendida junto a Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987.

POLI, Odilon. *Leituras em Movimentos Sociais*. Chapecó. Editora Grifos, UNOESC, 1999.

PREZOTTO, L. A. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. *Revista de Ciências Humanas*. Editora da UFSC. Florianópolis. Nº 31, abril de 2002.

PRIM, L. Agricultura de grupo e projeto camponês: avanços e limites na construção da cidadania – o movimento de cooperação agrícola no oeste catarinense.

Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC. Florianópolis. 1996.

ROCKENBACH. I. U. A mulher na administração da empresa familiar rural: o caso de um grupo de gestão agrícola em Santa Catarina. Dissertação de mestrado. Curso de Mestrado em Administração Rural/ UFLA. Lavras. 1995.

SAMPEDRO GALLEGOS, R. e CAMARERO, L. Spanish rural female entrepreneurs: the failed subject. 2005.

SAMPEDRO GALLEGOS, R. Mujeres del campo: los conflictos de género como elemento de transformación social del mundo rural. In. LEON, M. A. G D. El campo y la ciudad. Sociedad rural y cambio social en España. Ministério da Agricultura, 1996.

SANTOS, J. V. T. dos. Os colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Hucitec. 1978.

SCHERER-WARREN, I; KRISCHE, P. Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América Latina. Brasiliense: São Paulo, 1987.

SCHMIDT, W.; OLIVEIRA, J.A.V.; TURNES, V.; et alli. *Avaliação do potencial da agroindústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina*. CEPAGRO. Florianópolis. SC, 1999.

SCHMIDT, V. D. B. Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social. In. Paulilo, M I. S. e Schmidt, W. (org) Espaço Rural em Santa Catarina. Florianópolis. Editora da UFSC, 2003.

SCHNEIDER, S. Agricultura Familiar e Pluriatividade. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS. Porto Alegre. 1999.

SCHNEIDER, S. Rurbanização e Pluriatividade: o mercado de trabalho não agrícola e a pluriatividade das famílias em áreas rurais (um estudo de caso). In: CARVALHO,

F; GOMES, M. M; LIRIO, V.S. (orgs.). Desigualdades sociais: pobreza, desemprego e questão agrária. Viçosa, 2003, p. 151 – 188.

SCHNEIDER, S; CONTERATO, M.A. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. (2003b) Disponível in: [www.ppgdr.ufrgs.br/](http://www.ppgdr.ufrgs.br/)

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade, V 20(2), jul./dez, Porto Alegre: FE – UFRGS, 1995.

STROPASOLAS, V. L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. Revista Estudos Feministas. Florianópolis. CFH/CCE/UFSC. Vol.12 n.1/2004.

STROPASOLAS, V. L. O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro/SC. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC. Florianópolis. 2002.

WARD, M. Missing the point: sampling methods and types of error in third world surveys in identifying poverty issues. In. BULMER, M; WARWICK, D. Social research in developing countries. London, UCL Press, 1993.